



**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE**

ERIK ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS

**TERRITÓRIO, CRIME E ECONOMIA: A ATUAÇÃO DE MILÍCIAS NOS
CENTROS URBANOS.**

Marechal Deodoro – AL

2024

ERIK ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS

**TERRITÓRIO, CRIME E ECONOMIA: A ATUAÇÃO DE MILÍCIAS NOS
CENTROS URBANOS.**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Educação e Meio Ambiente do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) como pré-requisito para a obtenção do título de especialista.

Orientador: Prof. Me. José Jenivaldo de Melo Irmão

Marechal Deodoro – AL

2024



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
***Campus* Marechal Deodoro**
Biblioteca Dorival Apratto

S237t

Santos, Erik Antonio Ferreira dos.

Território, crime e economia : a atuação de milícias nos centros urbanos / Erik Antonio Ferreira dos Santos. – 2024.

51 f.

Inclui bibliografia.

Artigo Científico (Especialização em Educação e Meio ambiente)
– Instituto Federal de Alagoas, *Campus* Marechal Deodoro, Marechal Deodoro, 2024.

Orientador: Prof. Me. José Jenivaldo de Melo Irmão.

1. Estado. 2. Democracia. 3. Milícias. 4. Poder público.

CDD: 320.533


Andreia Gomes de Azevedo
Bibliotecária – CRB-4/2164

ERIK ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS

.Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Educação e Meio Ambiente do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) como pré-requisito para a obtenção do título de especialista.


Aprovado em:

Orientador:


Documento assinado digitalmente
 JOSE JENIVALDO DE MELO IRMAO
Data: 14/08/2024 16:05:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Me. José Jenivaldo de Melo Irmão - IFAL / Campus Marechal Deodoro

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 JOSE APARECIDO DA SILVA GAMA
Data: 15/08/2024 12:16:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Me. José Aparecido da Silva Gama – IFAL / Campus Marechal Deodoro

Documento assinado digitalmente
 ANDREA GOMES SANTANA DE MELO
Data: 14/08/2024 16:12:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Andrea Gomes Santana de Melo – Avaliadora externa

Marechal Deodoro, AL

2024

TERRITÓRIO, CRIME E ECONOMIA: A ATUAÇÃO DE MILÍCIAS NOS CENTROS URBANOS.

Erik Antônio Ferreira dos Santos
José Jenivaldo de Melo Irmão

RESUMO

As milícias são grupos paramilitares, ou seja, grupos civis que possuem similaridades ou se apropriam de métodos e ditames de forças de segurança pública e defesa nacional. Geralmente compostas por membros da caserna, subvertem o princípio do poder de polícia, e usando de violência, agem como um estado paralelo monopolizando nas comunidades que atuam serviços que outrora deveriam ser prestados pelo Estado, e extorquindo a população. O presente trabalho tem como objetivo descrever a formação histórica, métodos de atuação de tais grupos, discorrendo sobre suas relações políticas e as áreas de interesse econômico. O trabalho enquadra-se como uma pesquisa descritiva e explicativa que teve como base teórica pesquisas bibliográficas em artigos científicos e livros acerca de temática, e uma pesquisa documental envolvendo matérias jornalísticas. A obra do jornalista Bruno Paes Manso, "República das Milícias: Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro", serviu como inspiração e foi base de grande parte da fundamentação teórica da presente pesquisa. Nos resultados e discussões, apontamos que as milícias representam um sólido mercado criminoso, com metas de longo prazo e enorme potencial de expansão, e que estão enraizadas no poder público. Por fim, consideramos que as milícias se tratam de um sintoma de uma sociedade capitalista cujo objetivo central é o lucro e o enriquecimento a qualquer custo, e que o modelo de negócio miliciano representa um perigo à frágil e problemática democracia brasileira.

Palavras-chave: Estado; Democracia; Milícias; Poder Público.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1 O NASCIMENTO DAS MILÍCIAS.....	11
2.2 A ATUAÇÃO DAS MILÍCIAS.....	17
3. METODOLOGIA.....	25
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	25
4.1 PISTOLAGEM, NARCOTRÁFICO E MILÍCIAS: DIFERENÇAS.....	25
4.2 SUPOSTAS MILÍCIAS ALAGOANAS.....	28
4.3 CRIME X ESTADO: QUEM CONTROLA AS CIDADES?.....	30
4.4 LIGAÇÕES POLÍTICAS.....	33
4.5 ECONOMIA DO CRIME.....	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	43

1. INTRODUÇÃO

Coronel Nascimento: Toda favela é um mercado poderoso de muitas coisas compradas e vendidas, o Rocha descobriu que era melhor arrecadar da favela inteira do que de um bando de traficantes fudidos. Era só o dinheiro trocar de mãos que o Rocha cobrava a taxa. CPMF dos bandidos: Comissão dos Policiais Militares Filhas da Puta (sic) (Tropa de elite 2: O Inimigo Agora é Outro, 2010).

O coronel Nascimento é o personagem principal do filme “Tropa de Elite”, dirigido por José Padilha. O filme retrata a rotina do até então capitão Nascimento (Wagner Moura), e de dois jovens aspirantes a oficiais, Neto (Caio Junqueira) e André Mathias (André Ramiro). E como ambos estão imersos em um antro de violência e corrupção que é a polícia militar (PM) carioca. O filme foi um sucesso e ganhou uma sequência abordando as ramificações de tal problemática.

As milícias são a temática principal do filme “Tropa de elite 2: O Inimigo Agora é Outro”, que traz o major Rocha (Sandro Rocha) como antagonista do agora coronel Nascimento. Rocha ascendeu de um sargento corrupto no primeiro filme, para um oficial de alto escalão e chefe de um grupo paramilitar que comanda a zona oeste do Rio de Janeiro, extorquindo os moradores das comunidades e influenciando nas eleições cariocas. Longe de ser uma ficção, a obra aborda fielmente aquele que pode ser o maior risco a democracia no estado carioca (Padilha¹, 2008; 2010).

O termo “Milícia” vem do latim, da palavra *militia* que significa ‘soldado’ (*miles*) e ‘estado, condição ou atividade’ (*itia*), a etimologia das palavras sugere que para ser um miliciano é necessário ser um ente ativo das forças armadas e de segurança (Conceição; Zaluar, 2007). Porém, no Brasil até a etimologia da palavra foi desvirtuada.

O termo milícia é normalmente utilizado para se referir a grupos armados compostos de cidadãos ou civis que pegam em armas para garantir sua defesa, e o cumprimento da lei em situações de emergência, e que seus membros não recebem proveitos de tal atividade, nem possuem suas atividades especificadas na legislação e normas institucionais (Conceição; Zaluar, 2007).

¹ Tropa de elite é vencedor do troféu “Urso de Ouro”, o prêmio de maior prestígio do festival de cinema de Berlim, enquanto sua continuação é um dos filmes com maior público do cinema brasileiro com o público de 11 146 723 (4º maior bilheteria até a presente data).

As milícias brasileiras geralmente são formadas por membros corruptos das forças de segurança pública, tanto da ativa quanto da reserva, membros de esquadrões da morte, contraventores (bicheiros), seguranças privados e até narcotraficantes (Conceição; Zaluar, 2007; Manso, 2020).

O filme “Tropa de Elite 2: O Inimigo Agora é Outro” coloca o dedo na ferida de um dos maiores problemas do estado do Rio de Janeiro. Utilizando de uma linguagem simples e acessível, a obra cinematográfica visa retratar como surgiram esses grupos, que hoje, segundo dados de um estudo realizado pelo GENI (Grupo de Estudos de Novos Ilegalismos) da UFF (Universidade Federal Fluminense), são os maiores grupos criminosos do estado do Rio de Janeiro (Mello, 2022).

Os grupos milicianos ocupam favelas e controlam todos os serviços econômicos, como abastecimento de água e gás, transporte alternativo, serviços de internet e TV a cabo (Gatonet) (Manso, 2020). Assim como a obra de José Padilha, esse artigo tem como objetivo descrever a formação histórica destes grupos e analisar seus métodos de atuação, áreas de interesse e ligações políticas, analisando toda economia ilegal que gera poder para tais grupos. Para isso, o artigo utilizou as pesquisas documental e bibliográfica como delineamento para fundamentação teórica.

Como resultados e discussão, o presente trabalho analisou as supostas atividades de grupos milicianos em outros estados da federação, traçando um paralelo com o estado fluminense, a fim de elucidar o potencial de expansão de tais grupos, baseado nas expansões de facções criminosas e no histórico de movimentos armados brasileiros. Também pontuamos as supostas ligações políticas que garantem o domínio destes grupos, e as medidas necessárias para o enfrentamento dos mesmos

Por fim, consideramos que é notável que o paramilitarismo que se inicia no estado do Rio de Janeiro, não se trata apenas de um problema de segurança pública, mas sim, um sintoma da frágil democracia e economia brasileira, e representa um perigo ao estado democrático de direito, vide seu potencial de replicação em cada estado da federação, e impregnação de tais grupos dentro do poder público.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O NASCIMENTO DAS MILÍCIAS

As milícias possuem características e identificações distintas em cada região do globo, quando se parte da premissa que milícias são grupos armados que não possuem suas atividades legalizadas por normas institucionais, grupos terroristas como Al-Qaeda, Boko Haram, e Estado Islâmico (ISIS), que atuam predominantemente na África e Oriente Médio, se enquadram nas características de grupos paramilitares, apesar de seguirem valores jihadistas.

Já nos Estados Unidos, existem grupos milicianos legalizados. Tais grupos paramilitares passaram a se constituir a partir da década de 1990, geralmente formado de americanos jovens e veteranos de guerra, que utilizam da referência do movimento miliciano formado durante o período de independência e se resguardam no princípio constitucional do direito a posse de armas, para desta forma formarem grupos que supostamente iriam defender a liberdade de qualquer ataque de forças estrangeiras ou do próprio Estado (Medeiros, 2007). No contexto brasileiro, o fenômeno miliciano é antigo e complexo.

“O homem da capa preta”, é um filme brasileiro de 1986, dirigido por Sérgio Rezende, a obra aborda a história de Tenório Cavalcanti – Interpretado por José Wilker², um alagoano que fez carreira política no estado fluminense, e que devido ao seu histórico de abuso de poder e uso de violência, é considerado o pai das milícias cariocas.

Conhecido como Rei da Baixada e Homem da Capa Preta, e sempre carregando sua metralhadora – Apelidada de Lurdinha, Tenório Cavalcanti era a personificação dos grupos de extermínio e do abuso de poder, foi deputado federal pelo Rio nas décadas de 1950 e 1960, e notabilizou-se por empregar meios extralegais para resolver conflitos, afastar inimigos e monopolizar o poder político e bélico na baixada fluminense, tornando-se uma figura folclórica e lendária (Conceição; Zaluar, 2007; Manso, 2020).

O fenômeno miliciano ganhou destaque no Rio de Janeiro, e pode ter sido impulsionado pela figura de Tenório Cavalcanti no século XX, porém, a existência de grupos paramilitares é antiga, se analisar a história do Brasil, os milicianos estão presentes desde o período colonial: Bandeirantes, capitães do mato, cangaceiros e jagunços, exerciam

² O saudoso José Wilker, vive o político Tenório Cavalcanti nesta biografia cinematográfica, que discorre sobre os métodos polêmicos e controversos de atuação de Cavalcanti, que usava da violência e da intimidação para controlar politicamente a baixada fluminense, mantendo-a como uma espécie de feudo eleitoral do “coronel” Cavalcanti.

atividades paramilitares. A diferença está na obtenção de proventos, pois as milícias que surgiram no fim do século XX, transformaram as favelas em um balcão de negócios.

Em seu livro *A República das Milícias: Dos Esquadrões da Morte a Era Bolsonaro* (Manso, 2020), o jornalista Bruno Paes Manso, aponta que esses grupos nascem baseados em uma falsa premissa de liberdade e segurança, prometendo mundos e fundos a uma população humilde e carente de oportunidades e dos mais básicos serviços públicos. E a violência exercida por eles, chega ser justificada tanto por milicianos como por moradores, como um meio de defender os interesses dos cidadãos de bem contra a suposta ameaça dos “criminosos” (inicialmente representada por traficantes e assaltantes) (Manso, 2020).

Esse ideal torto de combater a violência com violência, fortaleceu as atividades de justiceiros e grupos de extermínio. O maniqueísmo perverso empregado neste pensamento deu margem para que barbaridades como a chacina da candelária (1993) e o massacre do Carandiru (1992) ocorressem (Almeida, 2023; Zarur, 2023).

E indo de encontro ao que pede o art.144 da Constituição Federal (Brasil, 1988) que estabelece a segurança pública como dever do Estado, e ao art. 5, inciso XVII que afirma que é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar, grupos que prometiam a segurança para a população foram formados em todo Brasil, e agiam como juiz, júri e carrasco. E geralmente estes grupos eram formados por pessoas que faziam parte do próprio poder público.

O fenômeno miliciano, tem como expoente o estado do Rio de Janeiro, que conta com um histórico de atrocidades policiais e atuações de grupos de extermínio, vide as chacinas de Vigário Geral (1993) e da Baixada (2005), e as recentes chacinas do Jacarezinho (2021) e da Vila Cruzeiro (2022) (Filho, 2018; Coelho, 2022; Filho, 2022; Araujo, 2023)..

Na década de 1990, com um avanço do crime organizado, e com o intuito de garantir a civilidade, houve várias políticas públicas de segurança bem repressivas e violentas. No Rio, figurou uma política conhecida como “gratificação faroeste”, criada por um decreto do governador Marcelo Alencar, em novembro de 1995. Os militares recebiam gratificação por bravura, tal promoção fez com que as mortes de autoria dos policiais passassem de 3 pessoas por mês, no começo de 1995, para mais de 20 por mês, em 1996 (Cano, 1997; Duarte, 2019).

Tal política gerou uma institucionalização das mortes decorrentes de “autos de resistência”. Tais mortes seriam justificadas como frutos dos confrontos entre a polícia e suspeitos que teriam reagido à prisão. Porém, entre 1993 e 1996, os números apontavam que em 46,5% dos ditos “autos de resistência” os cadáveres apresentavam mais de quatro

perfurações por arma de fogo; 61,5% das vítimas tinham ao menos um ferimento na cabeça; 65% das pessoas mortas apresentavam perfurações nas costas (Cano, 1997).

Os números demonstram que se criou uma polícia violenta, que ia para as operações com o intuito de matar, as incursões policiais não tinham como interesse a prisão dos ditos criminosos, mas basicamente o seu extermínio (Cano, 1997).

O processo de deturpação da atividade policial no Rio de Janeiro, antecede a gratificação faroeste, na década de 1970 já havia registros de pequenos grupos de policiais, agentes penitenciários e guardas que passaram a prestar serviços de segurança a comerciantes e empresários para evitar a ocorrência de crimes em determinada região (Cano; Duarte, 2012; Misse, 2011; Manso, 2020).

E a violência precifica a corrupção, quanto mais violento for o policial, mas ele poderá cobrar por um serviço de segurança clandestino ou pela execução de alguma pessoa. Corrupção e violência caminharam juntos no estado fluminense, formando grupos de extermínio ao longo de todo o século XX, um dos mais famosos foi a *Scuderie Le Coq*, um esquadrão da morte formado por policiais em homenagem ao falecido detetive da polícia carioca, Milton Le Cocq d'Oliveira, que era um notório corrupto (Filho, 2019; Manso, 2020).

É difícil datar precisamente quando esses grupos de policiais violentos passaram a dominar as comunidades cariocas, mas estima-se que uma das primeiras experiências, se não a primeira, foi o episódio ocorrido na Vila São José Operário, na Praça Seca, neste episódio, policiais militares cansados de esperar pelo “arrego”³, decidiram executar os traficantes e eles mesmos passaram a explorar economicamente a região (Manso, 2020).

“Outro pai” atribuído às milícias, é o jogo do bicho, uma vez que a história das milícias fluminenses está intrinsecamente ligada à história da contravenção carioca. O jogo do bicho nasceu no jardim zoológico do barão de Drummond, em Vila Isabel, Rio de Janeiro, em 1892, e de um simples jogo que começou de forma inocente, nasceu uma organização mafiosa com planejamento, controle do fluxo de caixa e divisão territorial (Jupiara; Otávio, 2015).

Com o fim da ditadura militar em 1985, um pelotão de agentes migrou dos porões da tortura para as fileiras do jogo do bicho, é o caso do capitão Guimarães, ex-torturador da ditadura militar, que construiu junto ao famoso Castor de Andrade, um império da contravenção no estado fluminense (Jupiara; Otávio, 2015; Manso, 2020).

³ O “arrego” se trata de propina paga por traficantes a membros das forças de segurança para impedir operações policiais. Segundo Manso (2020) esse sistema de propinas consolidou o mercado de drogas nos anos 1990 no Rio, pois as forças policiais haviam se tornado o “órgão regulador” do mercado de drogas.

Castor Gonçalves de Andrade Silva, o doutor Castor de Andrade, sem dúvidas, foi um dos, se não, o maior bicheiro da história carioca. Formado em direito pela Faculdade Nacional de Direito, Castor nunca advogou, decidiu enveredar-se pelo ramo da família, “o bicho”, seu pai, Eusébio Gonçalves de Andrade, o Seu Zizinho, comandava o jogo em Bangu, e o filho herdou o ofício (Jupiara e Otávio, 2015).

Castor foi patrono e presidente de honra do Bangu Atlético Clube, que chegou a ser campeão carioca em 1966, também se aventurou por aquela que seria a maior lavagem de dinheiro da contravenção, o samba e o carnaval (Jupiara; Otávio, 2015; Manso, 2020).

Em 1984, Castor e outros contraventores criaram a Liga Independente das Escolas de Samba (LIESA) passando assim a controlar o maior evento cultural do estado carioca. Foi patrono da escola de samba Mocidade Independente de Padre Miguel no período em que a agremiação conquistou cinco títulos do Carnaval (Jupiara; Otávio, 2015; Manso, 2020).

Outros famosos bicheiros que atuaram/atuam no carnaval carioca são: Luiz Pacheco Drummond, o Luizinho, presidente da Imperatriz Leopoldinense; Natalino José do Nascimento, o Natal, patrono da Portela; Anísio Abraão David, eterno padrinho da Beija-flor de Nilópolis; Waldemir Garcia, o Miro, e seu filho, Waldemir Paes Garcia, o Maninho, que comandaram a Escola Salgueiro; e o já mencionado anteriormente capitão Guimarães que era patrono da Vila Isabel (Jupiara; Otávio, 2015; Manso, 2020).

Este grupo mafioso tinha grande poder político no estado do Rio. As ligações políticas dos bicheiros iam desde o ex-presidente e ditador, João Batista Figueiredo, a ícones da esquerda brasileira como o ex-governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, Leonel Brizola e o antropólogo Darcy Ribeiro (Jupiara; Otávio, 2015; Manso, 2020).

Com a morosidade do poder público, os bicheiros só ascendiam, e usavam policiais corruptos em suas seguranças, e para realizar seus trabalhos sujos, como assassinatos. Mariel Mariscot, um policial carioca que atuou na década de 1970, é o exemplo fiel da corrupção policial. Mariscot se tornou famoso em 1969 como o “Homem de Ouro” da polícia carioca, famoso pela “vida playboy”, regada a luxo, o policial fez parte da *Scuderie Le Coq*, e foi apontado como membro do grupo de Lúcio Flávio - famoso ladrão de bancos (Manso, 2020).

A história de Mariscot foi retratada em dois filmes: o filme “Lúcio Flávio, o passageiro da agonia”, dirigido por Hector Babenco (1976), onde Mariscot serviu de inspiração para o personagem Moretti, policial corrupto que ajuda Lúcio Flávio em suas empreitadas. E no filme “Eu Matei Lúcio Flávio” de Antônio Calmon (1979) que funciona como uma versão de Mariscot aos fatos mencionados. O policial também serviu como braço armado do jogo do bicho, e foi morto em 1981, quando chegava a reunião com bicheiros.

Supostamente o mesmo queria assumir o controle de bancas do jogo, e foi morto como retaliação a tal investida (Jupiara; Otávio, 2015; Manso, 2020).

Outro famoso policial com ligações com o bicho, é Ronnie Lessa, sargento reformado da PM, que é apontado como um dos assassinos da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco⁴, em 2018, serviu por muitos anos como segurança de Rogério de Andrade, contraventor e herdeiro de Castor de Andrade - era sobrinho do Castor (Manso, 2020).

Os espólios milionários de bicheiros patriarcas que faleceram (ou foram assassinados), geraram uma disputa sangrenta entre os herdeiros, e criou-se um mercado de pistolagem no Rio. Policiais corruptos ofereciam seus serviços, seja para realizar a segurança dos herdeiros ou para eliminar rivais. E o sargento Lessa foi um dos que ofereceu seus serviços (Manso, 2020). Em uma guerra envolvendo o controle do jogo do bicho na Família Andrade, após a morte do doutor Castor - infartado aos 71 anos -, Lessa perdeu uma das pernas em 2009, em um atentado a bomba, enquanto fazia bico como segurança de Rogério de Andrade (Manso, 2020).

Essa relação promíscua entre bicheiros e policiais engendrou as milícias fluminenses, de crimes em crimes, membros da segurança pública passaram a ver a ilegalidade como um comércio lucrativo, e o serviço que definitivamente concedeu a pecha de milicianos a estes agentes públicos, foi o domínio e a extorsão de moradores de comunidades e favelas (Manso, 2020).

2.2 A ATUAÇÃO DAS MILÍCIAS

Além de cobrarem uma taxa de segurança dos moradores e comerciantes, os grupos paramilitares controlam nas favelas e comunidades serviços como abastecimento de água e gás, transporte alternativo, serviços de internet e TV a cabo (Gatonet), emprestam dinheiro a juros (agiotagem) e atuam no mercado imobiliário (Cruz, 2021; Manso, 2020; Marinatto, 2022; Regueira, 2021; Peixoto, 2021). A expansão deste modelo de crime foi rápida, havia lacunas de poder nas comunidades, que eram marginalizadas pelo Estado e com um modelo

⁴ No dia 24 de março de 2024, O deputado federal Chiquinho Brazão (União Brasil-RJ) e o seu irmão Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), foram presos acusados de serem os mandantes do assassinato de Marielle Franco. O delegado e ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro Rivaldo Barbosa, também foi preso por participação no crime. As prisões ocorreram após delações premiadas do réu confesso do crime, Ronnie Lessa. O suposto motivo do crime foi a atuação da vereadora contra um esquema de loteamentos de terra em áreas de milícia na Zona Oeste, área de influência dos irmãos Brazão. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/03/24/caso-marielle-motivacao-do-crime.ghtml>. Acesso em: 07 abr. 2024.

de negócio pronto para ser replicado, servidores públicos passaram a assumir por meio da força estes espaços, criando um estado paralelo (Manso, 2020; Filho, 2021).

O fenômeno dos grupos paramilitares no Rio de Janeiro teve como grande expoente a atuação de dois grupos: A famigerada Liga da Justiça que atuava em Campo Grande sob o comando do ex-vereador Jerônimo Guimarães (Jerominho) e do seu irmão, o ex-deputado estadual Natalino Guimarães, e o grupo que atuava em Jacarepaguá através da comunidade de Rio das Pedras (Manso, 2020).

A milícia de Rio das Pedras, era composto por policiais civis e militares, alguns dos líderes mais famosos deste grupo foram o inspetor da Polícia Civil, Félix Tostes, e seu amigo de infância, Josinaldo Francisco da Cruz, que posteriormente viria ser conhecido como o vereador Nadinho de Rio das Pedras - eleito vereador em 2004 (Manso, 2020).

Tostes e Nadinho ascenderam ao topo em rio das pedras após os assassinatos de Octacílio Brás Bianchi e sua esposa, conhecida como Dinda, o casal fundou a Associação de Moradores de Rio das Pedras em 1982. O modelo de Rio das Pedras serviu como exemplo para o resto do Rio de Janeiro, durante a CPI das Milícias, em 2008, um representante do sindicato das empresas distribuidoras de gás estimou que uma das empresas de Rio das Pedras lucrava em torno de 600 mil reais por mês com a venda de gás, demonstrando o quão bem sucedido era o grupo criminoso (Manso, 2020).

As milícias aos moldes brasileiros estão intrinsecamente ligadas ao modo de produção capitalista, se tratam de grupos que tem como *modus operandis* a exploração econômica visando lucros exorbitantes, e para atingir estes lucros comunidade são extorquidas, pessoas são violentadas, e o meio ambiente é predado, atuações estas que pouco diferem da forma de enriquecimento empregado pelas grandes corporações.

É essa busca por dinheiro que rendeu aos chefes de Rio das Pedras, a alcunha de "polícia mineira" ou "mineiros", o termo se refere a grupos policiais que vão às ruas, não para proteger a sociedade, mas sim para "minerar", procurar "ouro", são forças policiais que vão a campo para buscar o "arrego" do bicho, extorquir traficantes e realizar assassinatos encomendados, o salário de militar é apenas um complemento diante do lucro obtido pela atividade de "mineração" (Manso, 2020).

Em Campo Grande, nos anos 1990 e 2000, o grupo denominado Liga da Justiça já atuava sob o comando dos irmãos Guimarães, controlando o transporte alternativo, e posteriormente ampliando a atuação para outros serviços econômicos. E assim como o grupo de Rio das Pedras, a milícia de Campo Grande também foi para as urnas. Jerominho foi eleito

vereador em 2004 com 33 373 votos, alcançando a 11ª posição de mais votado, e Natalino foi eleito deputado estadual na eleição de 2006, com 49 405 votos (Manso, 2020).

Os grupos paramilitares cresciam de forma acachapante, mas sem alarde, os órgãos públicos não faziam ideia do perigo que os espreitavam, ou no mínimo eram omissos. A jornalista Vera Araújo, do O Globo, foi uma das primeiras a perceber a gravidade dessa movimentação de policiais. Foi ela que cunhou a expressão “milícia” para se referir a estes grupos armados. Em 2005, em uma matéria, a manchete apontava o seguinte: “Milícias de PMs expulsam tráfico”. E a linha fina, usada abaixo do título, explicava: “Grupos de policiais assumem o controle em 42 favelas, mas há denúncias de abusos”. O termo “milícia” é um termo recente na criminologia brasileira, passou a ser utilizado a partir de tal reportagem. (Couto; Filho, 2019; Manso, 2020).

Porém foi outra reportagem que levou os milicianos aos holofotes. Em 2008, repórteres do jornal “O Dia” foram torturados por milicianos da favela do Batan, em Realengo, zona oeste do Rio de Janeiro. Os repórteres se infiltraram na favela para elucidar o *modus operandi* do grupo e foram descobertos, só não foram mortos pois o líder da malta quis evitar a repercussão, pois era sabido que os repórteres estavam sob o poder da milícia (Manso, 2020).

A manchete: “Tortura: Milícia da zona oeste sequestra e espanca repórter, fotógrafo e motorista de O Dia”, foi publicada em 1º de junho de 2008, levando definitivamente aos holofotes os paramilitares, e obrigando o poder público a tomar medidas, assim sendo instalada uma CPI (Manso, 2020).

Em 2008 foi instalada pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar esses grupos, a chamada CPI das Milícias, presidida pelo então deputado estadual Marcelo Freixo, visava investigar e desmembrar os grupos paramilitares que atuavam no estado. O relatório final pediu o indiciamento de 225 pessoas, de políticos à policiais e civis, entre estes estavam: os chefes da Liga da Justiça (Jerominho e Natalino) e de Rio das Pedras (Nadinho); o vereador André Ferreira da Silva, o Deco (PR), um ex-militar do exército que comandava a milícia da Praça Seca; o vereador Geiso Pereira Turques, o Geiso do Castelo (PDT), que atuava em São Gonçalo; Carmen Glória Guinâncio Guimarães, conhecida como Carminha Batgirl (PTdoB), filha de Jerominho; Cristiano Girão (PMN), ex-bombeiro militar e o chefe em Gardênia Azul; e Chiquinho Grandão (PTB), que atuava em Duque de Caxias (Rio de Janeiro, 2008; Manso, 2020).

O que chama atenção no indiciamento é a filiação partidária dos milicianos, partidos que vão da esquerda à direita, e demonstra o quão impregnado estes grupos estavam na política carioca, e que independente do partido, a ideologia não era marxista ou neoliberal, progressista ou conservadora, a ideologia era o lucro. A Liga da Justiça, lucrava aproximadamente R\$2 milhões por mês, dinheiro obtido em cima do sangue da população de Campo Grande (Rio de Janeiro, 2008). A CPI não colocou um ponto final nas milícias, os grupos foram redesenhados, os negócios passaram por modificações, as redes políticas foram ampliadas, e no fim, nota-se que a CPI das milícias foi apenas uma vírgula na história de lucros destes grupos.

2.3 HABITAÇÃO, TERRITÓRIO E PODER

Um dos serviços que mais propicia lucros aos grupos milicianos são os serviços imobiliários, e com os paramilitares essa atividade ocorre basicamente de três maneiras: apropriação dos bens e imóveis de moradores e venda destes; invasão de áreas de conservação para grilagem e a venda destas terras; e a construção desenfreada e sem nenhuma fiscalização de lajes sobre imóveis (Manso, 2020).

O caso mais emblemático da atuação de milícias nesse serviço, é o caso de Rio das Pedras. A milícia local explora o mercado imobiliário desde os primórdios de sua formação. Em 1989, o governador do Rio, Moreira Franco, doou um terreno de 400 mil metros quadrados para o emergente e populoso bairro de Rio das Pedras, este terreno originalmente, seria usado para a construção de um conjunto habitacional (Manso, 2020).

O planejamento e a construção dos imóveis ficaram sob a responsabilidade da Associação de Moradores de Rio das Pedras, que foi o berço da milícia na região. Da parceria entre governo do estado e a associação de moradores nasceu o Areal I, uma comunidade dentro de Rio das Pedras, e a construção desse “novo bairro”, fez com que a associação acumulasse capital e poder, e passasse a administrar a região, mediando e autorizando a compra e venda de lotes, e a construção de lajes. Uma das principais fontes de lucro daquela que seria a milícia de Rio das Pedras teve seus primeiros passos em uma aliança com o governo do estado (Manso, 2020).

A exploração desse mercado seguiu a todo vapor com o passar dos anos. Uma disputa pelo poder dentro da milícia de Rio das Pedras, demonstrou como atuava o grupo. Maria do Socorro Tostes, viúva de Félix Tostes, ex-chefe de Rio das Pedras, denunciou em 2008 às autoridades que um terreno de sua propriedade, tinha sido confiscado por outras lideranças da

milícia, e que os mesmos estavam vendendo lotes do terreno - as vendas teriam se iniciado em 2007 (Manso, 2020).

Com o testemunho de Maria do Socorro e o avanço das investigações surgiram novas testemunhas, os compradores dos lotes. Os valores das compras dos lotes variavam de 80 a 100 mil reais, todos os acordos eram intermediados por uma imobiliária de Rio das Pedras, e os compradores recebiam documentos irregulares que atestavam a posse do terreno, em um dos lotes já havia tido sido erguido três andares de um prédio no local (Manso, 2020).

Havia suspeitas de como Maria do Socorro obteve o terreno que estava sob posse dos milicianos, possivelmente esse foi fruto das atividades ilegais do falecido marido. Porém o terreno vizinho ao dela, uma área de 500 metros quadrados que pertencia a um morador da comunidade que morava na região há 20 anos e tinha estabelecido no terreno uma oficina mecânica e um restaurante, e que não apresentava irregularidades na sua obtenção, também foi solicitado pelos milicianos, levando o morador a denunciar as ameaças que sofreu para que abandonasse a sua residência (Manso, 2020).

Caso a milícia se interessasse por uma propriedade ou se por acaso os moradores fossem expulsos da região por não cumprirem as regras locais, seus imóveis seriam confiscados e futuramente alugados, vendidos, ou utilizados para construção de um amontoado de lajes e prédios mal projetados. Essas construções ocorriam sem nenhuma fiscalização e com enormes riscos de desabamento, porém, devido aos preços baixos, várias pessoas foram atraídas para estes empreendimentos. A sensação que as vantagens imediatas compensavam, ruía, quando os mesmos notavam que passavam a viver sob a influência de tiranos (Manso, 2020).

Porém, como abordado, estes empreendimentos eram mal projetados e perigosos, e um destes imóveis ruiu no dia 12 de abril de 2019, menos de três meses depois de uma operação chamada “Os Intocáveis” que visava acabar com a milícia de Rio das Pedras. Dois prédios desabaram no Condomínio Figueiras do Itanhangá, em Muzema, matando 24 pessoas. Os prédios eram um empreendimento ilegal do capitão Adriano da Nóbrega (Manso, 2020).

O capitão Adriano da Nóbrega foi um dos mais famosos milicianos carioca, ex-capitão do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) que enveredou pelo mundo do crime. Atuou junto ao jogo do bicho nos conflitos pelo espólio dos bicheiros Miro e Maninho, prestando serviços de pistolagem e segurança (Manso, 2020).

Adriano também foi um dos responsáveis pela criação do termo “Narcomilícias”, alianças entre traficantes e milicianos. Através de seu braço direito, Eugênio de Souza Freitas, o Batoré, um ex-policial e pistoleiro, o capitão mantinha uma sociedade com

Fernando Gomes de Freitas, o Fernandinho Guarabu, membro do Terceiro Comando Puro (TCP) e chefe do tráfico de drogas no Morro do Dendê. Batoré e Adriano também exploravam o transporte alternativo na Ilha do Governador, e a partir de seus contatos na polícia, garantiam a segurança do reinado de Guarabu, que foi um dos donos de morro mais longevos do Rio (Manso, 2020).

Mas os esforços de Adriano não paravam por aí, o capitão era o chefe de um grupo miliciano conhecido como “Escritório do Crime” que prestava serviços de pistolagem no Rio de Janeiro. O mesmo também atuava junto a milícia de Rio das Pedras explorando caça-níqueis e investindo no mercado imobiliário (Manso, 2020).

Os imóveis que ruíram, que eram negócios do capitão Adriano, apresentavam uma série de problemas técnicos na construção dos edifícios, como espaços subdimensionados nos blocos das fundações, que ficavam mais vulneráveis à erosão do solo, e a fortes chuvas típicas do verão do Rio aceleraram a destruição das bases dos prédios (Manso, 2020).

As investigações apontaram documentos comprovando o descaso na fiscalização das construções e a omissão do poder público para interromper os lucros milionários dos milicianos, que organizavam o adensamento do bairro. Esse processo de povoamento e adensamento dos bairros, não era nenhuma novidade, diversos imóveis foram levantados nos anos anteriores ao desabamento dos prédios na Muzema, alguns com oito andares, sem que fossem contratados engenheiros para as obras (Manso, 2020).

Os milicianos contavam com um exército de advogados que tinham como objetivo barrar as ações do poder público contra as obras, a luz e água destes empreendimentos eram adquiridas via ligação clandestina e agentes de fiscalização recebiam dinheiro para ignorar as irregularidades, e isso garantiu o avanço imobiliário dos grupos (Manso, 2020).

Outro caminho que os milicianos utilizam para pavimentar os lucros do mercado imobiliário, é a invasão de unidades de conservação. O Sistema de Unidades de Conservação (SNUC) define em seu Art. 2º, Inciso I, unidades de conservação como “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (Brasil, 2000).

Desde 2014, haviam denúncias apontando o desmatamento ilegal da Mata Atlântica em torno do Parque da Tijuca, unidade de conservação de proteção integral da natureza localizada na cidade do Rio de Janeiro. Aproximadamente um total de 7 mil metros quadrados foram desmatados em cinco anos, as áreas devastadas foram utilizadas para a

construção de edifícios mistos, em que a parte térrea era reservada para atividades comerciais e os andares superiores para moradias. O Ministério Público (MP) calculou que as milícias haviam movimentado 25 milhões de reais com a comercialização destes empreendimentos (Manso, 2020).

Mas a atuação vai além do Parque da Tijuca, ainda sobre os prédios que desabaram na Muzema, uma ação cível do MP apontou que os prédios foram construídos em uma área de encosta com declividade superior a 45 graus, devido estas características a área podia ser classificada como Área de Preservação Permanente (APP) que trata-se de área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental: preservar a paisagem, a estabilidade geológica, os recursos hídrico e biodiversidade, além de facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (Brasil, 2012; Franco, 2019)

O MP aponta também que os impactos ambientais desse empreendimento seriam: erosão; assoreamento de cursos de água; desestabilização da encosta; afugentamento de animais; perda de biodiversidade e material genético; impermeabilização do solo e aumento do escoamento de água de chuva; alteração do microclima local; potencial poluição hídrica em decorrência da ausência de sistema de esgotamento sanitário e sobrecarga na rede existente; alteração da paisagem; e adensamento populacional sobrecarregando a infraestrutura existente (Franco, 2019). Um conjunto de impactos ambientais que não culminaram em nenhum bem social, uma vez que os prédios ruíram matando dezenas de pessoas.

A maior narcomilícia do Rio também atua no mercado imobiliário e tem as áreas de conservação como ponto chave do negócio. O “Bonde do Zinho” atua na extração de areia, pedra e saibro em uma área de proteção ambiental (APA), em zonas rurais de Seropédica. Esses materiais são fornecidos a outro braço dos paramilitares, que investem em imóveis ilegais de áreas griladas. Tal atividade pode gerar problemas ambientais como desmatamento, destruição da faixa de terra à borda dos rios, assoreamento e contaminação do lençol freático (Franco, 2019; Manso, 2020; Rocha, 2020).

Em 2017, Luís Antônio da Silva Braga, o Zinho, chefe da maior narcomilícia, pagou 20 mil reais de suborno a policiais para não ser preso em flagrante por crime ambiental após ser flagrado com máquinas de terraplanagem. Na época ele coordenava uma empresa de extração de areia para construir prédios irregulares em áreas protegidas pela legislação ambiental. O mesmo era braço direito do seu falecido irmão, Wellington da Silva Braga, vulgo Ecko, que tinha assumindo o poder do grupo após a morte do seu outro irmão, Carlos

Alexandre Braga, o Carlinhos Três Pontes, ex-traficante do Comando Vermelho (CV) que assumiu o poder de uma das mais antigas milícias cariocas, a já mencionada Liga da Justiça (Manso, 2020; Lemos, 2022).

Há relatos da atuação de grupos paramilitares em várias unidades de conservação como a APA do Alto Iguaçu e fica no entorno da Reserva Biológica do Tinguá, a APA de São Bento e a APA de Grumari (Franco, 2019; Simões, 2019; Rio de Janeiro, 2021). Além dos impactos ambientais gerados por estes empreendimentos, a população desiludida que se envereda a habitar estes empreendimentos fica sujeita a riscos como enchentes e desabamentos devido a fragilidade ambiental dessas regiões.

Exista uma demanda enorme por moradia no Rio de Janeiro e não existe uma política habitacional que contemple toda essa demanda, pelo contrário, uma das maiores políticas habitacionais do Brasil que é o “Minha casa, Minha vida” (Lei Nº 11.977, de 7 de Julho de 2009), é refém de grupos criminosos (Brasil, 2009; Eiras, 2023).

As críticas em torno do programa giram em torno das escolhas das localidades para a construção das habitações. Estas seriam construídas em terrenos baratos, distantes dos centros urbanos, e com acesso precário ao transporte público e sem equipamentos essenciais como escolas, postos de saúde e áreas de lazer. Os habitantes destes conjuntos habitacionais tinham demandas a serem atendidas, necessitavam de transporte, água, e os mais diversos serviços econômicos, e na ausência do Estado, os grupos criminosos prestam o serviço.

Foi em um destes conjuntos habitacionais, que Marcelo Freixo, aquele que viria ser o principal inimigo das milícias, teve seu primeiro contato com os grupos. Seu irmão, Renato Freixo⁵, que havia se tornado síndico do prédio em que morava, foi assassinado aos 34 anos, depois de demitir seguranças que faziam “bico” no prédio em que morava (Manso, 2020).

Com uma política habitacional ou sem política, a impressão é que o Estado continua delegando — mesmo que por omissão — suas principais funções aos grupos paramilitares, que encontraram na habitação aquela que talvez seja a joia da coroa do império criminoso. Os milicianos, afinal, disponibilizavam aos moradores bens de primeira necessidade, algo que o Estado não conseguia fazer. E nessa situação, alguns entendem que é melhor viver em uma casa sob os olhos de um miliciano do que não ter casa. (Manso, 2020).

⁵ Corte de um podcast onde Marcelo Freixo relata o assassinato do irmão Renato:
<https://www.youtube.com/watch?si=Uzr8LIAuZuADyXh3&v=cIC7uqFX-vo&feature=youtu.be>.
Acesso em: 02 jan. 2024

3. METODOLOGIA

O presente trabalho segue o estilo metodológico das pesquisas descritivas e explicativas. Gil (2002) afirma que “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”, já as pesquisas explicativas, o autor afirma que o objetivo seria “identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (Gil, p.42, 2002).

O referencial teórico foi construído utilizando as pesquisas documental e bibliográfica como delineamento. A distinção entre os métodos científicos encontra-se na natureza das fontes, uma vez que a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, enquanto a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico como materiais jornalísticos (Gil, 2004).

A pesquisa bibliográfica se deu por meio do estudo de artigos científicos, obtidos por meio de buscas manual na internet, como buscas em indexadores como a plataforma do google acadêmico. Já a pesquisa documental foi realizada por meio do levantamento de matérias de jornais de sites de veículos comunicativos como: BBC, Estadão, Folha de São Paulo, G1, Jornal Extra e UOL. O estudo do livro “A República das Milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro” de Bruno Paes Manso, e dos filmes Tropa de Elite e Tropa de Elite 2 – O Inimigo Agora é Outro, serviu como grande inspiração para construção do presente trabalho, vide que as obras abordam de forma fiel a atuação de grupos paramilitares no Rio de Janeiro

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 PISTOLAGEM, NARCOTRÁFICO E MILÍCIAS: DIFERENÇAS

Há indícios de atividades paramilitares em 15 estados da federação, atuando desde conflitos agrários a assassinatos políticos (Costa, 2016). Porém, é importante fazer uma distinção na criminologia. O que se entende hoje como milícias no contexto brasileiro, está

intrinsecamente ligado ao fenômeno carioca, que se trata de grupos armados que exploram recursos econômicos, humanos e ambientais nas áreas que atuam.

É notório que os grupos de extermínio e pistolagem fizeram parte da gênese das milícias, mas para o enquadramento como milícia no contexto carioca, é necessário que haja a exploração econômica dos territórios. E é esta distinção que ainda traça uma linha tênue entre os paramilitares e o narcotráfico. O fenômeno das narcomilícias já é uma realidade, há inúmeros relatos de aliança entre paramilitares e traficantes, como também relatos de traficantes que aderiram ao *modus operandi* miliciano (Fonseca, 2023).

Na favela da Rocinha, a maior do Rio de Janeiro, houve uma disputa de poder entre dois sócios: Antônio Bonfim Lopes, o Nem da Rocinha, e Rogério Avelino da Silva, o Rogério 157. Nem foi preso em 2011, e passou o bastão para 157, e ele seria seus olhos e voz na comunidade. Porém, os dois romperam e iniciaram uma guerra, após Rogério decidir explorar o transporte alternativo na comunidade, os mototaxistas. Nem que tinha um perfil “assistencialista” foi contra a prática, mas Rogério que faturava 100 mil reais por mês com tal negócio achou mais vantajoso abandonar o antigo sócio, e ampliou a taxaço para outros serviços como abastecimento de gás de cozinha e água (Andrade, 2017; Lemos, 2017).

Reportagens mais recentes apontam que os atuais traficantes da Rocinha, faturam R\$12 milhões mensais, sendo que a maior parte do lucro advém das extorsões na comunidade, sendo o tráfico de drogas parte minoritária da parcela de lucros. E isso estende-se para outras comunidades, com o narcotráfico controlando os mais variados serviços (Dossares, 2020; Tosta, 2023; Ventura; Grinberg ;Schmidt, 2024).

Grupos de extermínios, milícias, narcomilícias, traficantes, todos tem sua gênese na violência. Bruno Paes Manso, no podcast do spotify, também intitulado de República das Milícias, fala sobre a “pedagogia da violência”, que se trata de um sistema ético e moral baseado na mais brutal violência. Neste conceito, para combater a violência, basta ser mais violento. Essa brutalidade possivelmente educaria e transformaria (Manso, 2021).

Manso traz em seu podcast duas situações relatadas por milicianos. Na primeira, um jovem miliciano teve seu braço quebrado por um superior, após ir armado à frente de uma escola para impressionar as garotas. No outro caso, um miliciano executou dois jovens após os mesmos faltarem com respeito a um casal de comerciantes idosos (Manso, 2021). Apesar de brutais, ambos os casos são apenas “átomos”, no longo histórico de violência brasileiro. O Brasil coleciona casos onde a violência foi utilizada como um ideal para a transformação da sociedade.

Em São Paulo, ficaram notórios justiceiros como o Cabo Bruno e Chicó Pé de Pato. Francisco Vital da Silva, o Chico Pé de Pato, um retirante nordestino que foi acusado de matar ao menos 50 pessoas na zona leste paulistana nos anos 1980, o mesmo havia se tornado justiceiro após sua esposa e filha serem violentadas por criminosos. Já Florisvaldo de Oliveira, o Cabo Bruno, foi um soldado da PM paulista que também foi acusado de cometer entre os anos 80 nada menos que 50 homicídios. Ambos justiceiros diziam que eram combatentes da criminalidade, porém da mesma forma que viveram pela espada, morreram pela espada (Jozino, 2020; 2021).

Ainda em São Paulo, o delegado Sérgio Paranhos Fleury, criou a filial dos esquadrões da morte cariocas. Paranhos foi o líder do grupo que executou o guerrilheiro Carlos Marighella em 1969. E em um contexto de ditadura militar, Fleury liderou chacinas e torturas, aplicando métodos consagrados como o pau de arara e a cadeira do dragão, e tendo como justificativa o enfrentamento à ameaça comunista e a criminalidade (Manso, 2020).

Saindo do sudeste e indo para a região norte do país, as supostas atividades do deputado estadual Wallace Souza⁶ chocaram o Brasil. O deputado era um ex-policial que atuou como apresentador de um programa policial no estado do Amazonas, e devido a enorme audiência do programa, o mesmo foi alçado ao mundo político. Porém, o apresentador foi acusado de comandar uma milícia que controlava o crime no Amazonas e executava traficantes rivais com o intuito de exibir as mortes em seu programa de televisão, desta forma aumentando sua audiência. O político alegava que o processo se tratava de perseguição orquestrada pelo senador e ex-governador do Amazonas, Eduardo Braga. Porém, o apresentador nunca chegou a ser julgado, morreu devido a uma doença em 2010 (Borgado, 2019; Lemos, 2019).

Ainda na região norte, em 2022, o jornalista britânico Dominic Mark Phillips, Dom Phillips, e o indigenista brasileiro Bruno Pereira, foram brutalmente assassinados. A dupla visitaria uma equipe de vigilância indígena na terra Vale do Javari (AM) para fazer entrevistas para um livro de Dom, porém foram emboscados e mortos por membros de um grupo que pratica crimes ambientais na região. A região amazônica é disputada por diversos grupos criminosos que superexploram a região, investindo no comércio de drogas, grilagem, tráfico de animais e madeira, e garimpo ilegal, dentre outros ilícitos (Andrade, 2023; Aquino, 2023; Mori, 2023; Perez; Filho, 2024).

⁶ O caso Wallace Souza se tornou um documentário na Netflix (serviço de streaming). Intitulado “Bandidos na TV”, o documentário traz depoimentos de familiares de Wallace e de membros do ministério público, sistema judiciário, e da secretária de segurança pública amazonense, que participaram ativamente do processo investigativo.

Dom e Bruno não foram os primeiros ativistas ambientais a serem mortos na região. Em 2005 no município de Anapu, no Pará, Dorothy Stang, missionária norte-americana, que lutava por reforma agrária, foi assassinada por pistoleiros a mando dos grandes fazendeiros da região (Vasconcelos, 2022). 17 anos antes, em 1988, o seringueiro Chico Mendes, que morava em Xapuri, cidade do interior do Acre, e que lutava pela preservação e a favor dos seringueiros, foi assassinado por fazendeiros (Muniz, 2022).

Os casos dos justiceiros paulistas e Fleury apresentam características de grupos de extermínio, ou seja, grupos que realizam homicídios por fins monetários ou ideológicos. Ideológicos pois muitos justiceiros valem-se de um ideal de luta contra a criminalidade, porém ironicamente a peleja contra o crime ocorre por meio de crimes bárbaros. Já os grupos criminosos que atuam na região amazônica, estes deram o próximo passo criminoso, e podem ser enquadrados como milícias uma vez que exploram as riquezas econômicas e ambientais da região.

4.2 SUPOSTAS MILÍCIAS ALAGOANAS

Cada Estado da federação tem uma história de pistolagem e justiça para contar, e em Alagoas não é diferente. No berço da república, a pistolagem, justiça, coronelismo e o abuso de poder, foram as ferramentas políticas de praxe no século XX. Já dizia a frase: “Em Alagoas, toda família tem um assassino ou um assassinado”, de autoria atribuída ao “pai das milícias” e também alagoano, Tenório Cavalcanti. Na terra dos marechais estabeleceu-se um sistema organizado e profissionalizado dos serviços de pistolagem que datam de meados da década de 1950 (Nascimento, 2009).

Um grupo alagoano de pistoleiros intitulado “Sindicato do Crime”, surge a partir de uma parcela de pistoleiros que buscavam sua independência, deixando a proteção de seus “padrinhos”, semelhante ao que aconteceu no estado carioca com os pistoleiros que largaram os bicheiros. Os capangas e jagunços alagoanos abandonaram os fazendeiros, usineiros e “coronéis”, e passaram a tutelar suas próprias carreiras criminais (Nascimento, 2009).

Mas a história da violência alagoana antecede o chamado sindicato do crime. O maior ato de intolerância religiosa da história do estado foi realizado por uma milícia. Liderados pelo então candidato ao governo de Alagoas nas eleições de 1912, Clodoaldo da Fonseca, sobrinho do Marechal Deodoro (1º presidente do Brasil), e por seu vice Fernandes Lima, a milícia conhecida como “Liga dos Republicanos Combatentes”, realizou ataques a todos os terreiros de umbanda e candomblé da capital Maceió. O ataque foi uma represália ao então

governador Euclides Malta, que mantinha relações com a comunidade praticante das religiões de matriz africana, o episódio ficou conhecido como “Quebra de Xangô” (Rafael, 2010).

Voltando ao fim do século XX, a “Gangue Fardada” e os “Ninjas de União” ganharam destaque no ramo da pistolagem. Este último, quase restrito à zona da mata alagoana, com sede na cidade de União dos Palmares. Já a gangue fardada tinha braços espalhados pelos estados de Pernambuco, Sergipe e Bahia (Nascimento, 2009). Composta por um grupo de policiais liderados pelo tenente-coronel Manoel Cavalcante (Soares, 2019).

O grupo praticou durante as décadas de 1980 e 1990, crimes como assaltos a banco, sequestros e assassinatos políticos. O grupo mantinha uma tabela da morte com preços que iam de R\$50 mil para matar um deputado estadual ou líder político regional "importante" até R\$500 para morte de um trabalhador rural. Um caso famoso foi a morte do vereador Renildo José dos Santos, que ganhou destaque nas publicações da Anistia Internacional. Assumidamente homossexual, o vereador foi sequestrado, torturado, morto, e teve o corpo esquartejado. Partes foram encontradas a até 150 km uma da outra (O GLOBO, 2023).

A gangue fardada estabeleceu um clima de terror no Estado e na capital, durante as investigações ao grupo, foram encontrados 32 corpos em cemitérios clandestinos, 6 cabeças humanas foram encontradas na areia da praia Sauaçu, no litoral norte de Maceió (Cipola, 1998). Entre idas e vindas judiciais, acredita-se que o grupo esteja desmantelado, Cavalcante cumpriu pena pela morte do Cabo Gonçalves, suposto ex-membro do grupo que foi assassinado como queima de arquivo, porém hoje, por volta dos seus 70 anos, encontra-se livre e sem pendências com a justiça pois os crimes prescreveram (Borges, 2023).

Outro suposto caso miliciano, é o caso do cabo Luiz Pedro, ex-vereador, ex-deputado estadual, ex-policia militar, um homem que ocupou vários cargos da administração pública alagoana. O cabo foi condenado em 2015 a vinte e seis anos e cinco meses, pela morte de Carlos Roberto Rocha Santos, um servente de pedreiro, que foi morto por usar drogas numa região onde supostamente Luiz Pedro mantinha o controle político por meio de uma milícia (Cólen, 2015; Salésia, 2023).

Em entrevistas⁷, Luiz Pedro afirma que no início da carreira como delegado, o mesmo atuava como segurança privado de empresários e empregava outros policiais, e com o dinheiro destas atividades, construiu o primeiro de seus conjuntos habitacionais, o Conjunto Luiz Pedro I com 1200 casas. À medida que o patrimônio crescia, e com sua influência dentro do meio político, veio outros seis conjuntos residenciais. Esses conjuntos garantiram

⁷ Entrevista do cabo Luiz Pedro para o Jornal Tribuna Hoje:
https://youtu.be/w8K1wmtIcsk?si=JuC_UriUIEcNrX2t. Acesso em: 02 Jan. 2024.

vários mandatos políticos a Luiz Pedro e a sua esposa Aparecida. Atualmente Luiz Pedro está fora do meio político e respondendo em liberdade aos supostos crimes que foi condenado de homicídio qualificado e formação de quadrilha (Salésia, 2023).

Há uma série de casos de pistolagem na história de Alagoas, mas os casos que mais assemelham-se aos das milícias cariocas foram os retratados acima, porém, em nenhum deles é notada a exploração econômica das regiões. A suposta milícia do cabo Luiz Pedro, apesar de manter uma relação clientelista com os moradores, não explorava economicamente seus conjuntos, como é o caso das milícias fluminenses.

Há relatos e notícias que apontam para atuação de grupos milicianos em Alagoas (G1 AL, 2019; Borges, 2022), porém faltam dados na literatura e no próprio noticiário. Pode-se supor que houveram empreitadas isoladas que fracassaram, possivelmente por não haver lacunas de poder político, uma vez que em Alagoas existem diversos clãs familiares-políticos comandando municípios e regiões, e no caso carioca, as milícias foram impulsionadas pelo aval ou omissão dos grupos políticos locais.

O principal braço armado criminoso de Alagoas segue sendo as facções Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando da Capital (PCC) (Santiago, 2023). Porém, o poder público deve se atentar não apenas a desmantelar estas facções, mas fiscalizar o surgimento de novos grupos, pois como reiterado inúmeras vezes neste trabalho, existe um modelo criminoso econômico pronto para ser replicado, as facções se espalharam por todos Estados da federação, nada impede que o mesmo ocorra com as milícias.

4.3 CRIME X ESTADO: QUEM CONTROLA AS CIDADES?

As milícias estão intrinsecamente relacionadas com a corrupção do poder público, porém, o Brasil e os estados da federação sofrem com outra atividade armada, que são as facções criminosas. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontam para a atuação de 53 facções criminosas (Santiago, 2023).

As mais famosas são a Família do Norte (FDN), facção manauara que comanda o comércio de drogas no Amazonas e na Região Norte. O Primeiro Comando da Capital (PCC), facção paulista que é tida como o maior cartel de drogas do Brasil. E o Comando Vermelho (CV), esta última nascida no Rio de Janeiro e que disputa rua a rua territórios com as milícias cariocas, porém com filiais em outros estados (Santiago, 2023).

Todos estes grupos criminosos nascem com a ausência do Estado ou com a corrupção de membros do poder público. Os grupos armados, facções e milícias usurpam o princípio do monopólio da força do Estado, e controlam regiões que são marginalizadas, regiões que carecem de educação, saúde, serviços de saneamento e da própria segurança pública. E na ausência do estado de direito, grupos armados surrupiaram o poder, fundando um estado paralelo com suas próprias leis (Rocha *et al*, 2020; Filho, 2021).

E em um estado paralelo não há espaço para convenções internacionais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que se tratam de um acordo global que visa promover um desenvolvimento com metas sociais e ambientais, e consta com 17 objetivos que vão desde a erradicação da pobreza a um acordo em torno do clima (ONU, 2023).

O ODS 11, por exemplo, visa tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, e tem como meta, até 2030, garantir o acesso de todos à: habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos; urbanizar as favelas, proporcionando o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos; aumentar a urbanização inclusiva e sustentável; proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, dentre outras medidas (ONU, 2023). Em um país onde existem 6,9 milhões de famílias sem casa e 6 milhões de imóveis vazios, a ODS 11 é um assunto de extrema importância (Odilla; Passarinho; Barrucho, 2018)

Porém é inviável o alcance de tal objetivo uma vez que se tem grupos armados comandando boa parte dos bairros e das cidades. O caso do Rio de Janeiro é o mais sintomático, mas o modelo de negócio das milícias está pronto para ser replicado em outros estados. As facções criminosas já conseguiram tal expansão, encontram-se em toda federação.

A implementação da ODS 11 passa pela derrocada de todas as organizações criminosas, uma vez que além de ser uma questão de segurança, o crime organizado hoje controla serviços de interesse público e essenciais como transporte alternativo e habitação. E com a influência destes no âmbito político, o enfrentamento passa a ser uma questão de manutenção da democracia e do estado de direito.

O Brasil tem exemplos latinos americanos de enfrentamentos a grupos armados que falharam e que tiveram um discreto e questionado sucesso. Nayib Bukele, presidente de El Salvador, levou aproximadamente 70 mil pessoas para a prisão. Segundo o governo, todos os presos são membros de gangues e criminosos. Os números de criminalidade caíram exponencialmente na nação, assim como a transparência e a liberdade, rendendo ao governo

críticas internacionais e a alcunha de ditadura. Bukele tornou-se um fenômeno eleitoral em seu país, às custas da criação de estado policial, com megaprisões e encarceramento em massa (Gryzinski, 2023; Cohen, 2024).

Ainda na América central, a República do Haiti, que foi a primeira nação a abolir a escravidão em 1793 (95 anos antes do Brasil), encontra-se em estado de calamidade, com o governo praticamente dissolvido e com grupos armados controlando boa parte da pequena nação insular. Pequena em território, mas gigante em representatividade, a primeira nação negra das américas, sofreu boicotes das grandes nações ocidentais desde sua independência (1804). Além de sofrer com tragédias naturais (terremotos e furacões), o país observou uma sucessão de golpes militares de estado, intervenções estrangeiras, e governos corruptos, e agora a nação está sucumbindo por meio de gangues nacionais (Rosas, 2024).

Nos Estados Unidos do México (América do norte), Miguel Ángel Félix Gallardo, “El padrino”, Rafael Caro Quintero, “Rafa” e Ernesto Fonseca Carrillo, “Don Neto” fundaram o Cartel de Guadalajara nos anos 1980, e passaram a controlar toda a produção e distribuição de maconha e cocaína. Guadalajara era o único cartel mexicano e mantinha todos os demais traficantes sob sua tutela, as coisas mudaram com as prisões dos “Chefões”. Com a queda dos líderes, houve uma descentralização dos poderes, nascendo o cartel de Sinaloa, liderado por Joaquín Guzmán Loera, “El chapo”, e Ismael Zambada García, “El mayo”. O cartel de Tijuana liderado pela família Arellano-Félix, e por fim o cartel de Juarez, liderado por Amado Carrillo Fuentes, “El señor de los cielos” (Brancato; Bernard, 2018).

A descentralização do poder gerou inúmeros conflitos violentos, para garantir seus territórios e expandi-los, os traficantes agiam com a mais vil barbárie, torturando, executando, e vilipendiado os corpos de seus adversários e os expõem em ambientes públicos para servirem de exemplo (prática replicada por facções brasileiras). No México, o tráfico é a “Hidra de Lerna”, e à medida que “cortasse” a cabeça de uma liderança como “El Chapo”, surgem 10 novas lideranças reivindicando novos territórios. Apenas na Cidade do México existem mais de 15 grupos atuando no comércio de entorpecentes. Todo esse cenário fez com que o México, antiga terra dos Astecas, torna-se a terra dos narcotraficantes, uma espécie de “narcoestado”, fazendo com que as nações globais tenham uma “mexicanização” em seus territórios (Amendola, 2018; Brancato; Bernard, 2018; Adorno; Alvorado, 2022).

Ao sul das américas, existe um exemplo “positivo” de enfrentamento paramilitar. A Colômbia viveu meio século de guerra civil, de um lado estava o governo colombiano e no lado adversário, estavam as Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARCS), grupo paramilitar que buscava a dissolução do governo e uma revolução comunista. As FARCS

realizaram sequestros de autoridades, assassinatos políticos, e atuaram no comércio de drogas, seja na sustentação de cartéis colombianos, ou na produção e distribuição de drogas, sendo um dos maiores fornecedores dos grupos armados estrangeiros (Cosoy, 2016; Riveira, 2021).

A Colômbia costurou um acordo de paz com as FARCS em 2016. Os milicianos entregaram suas armas e tornaram-se um partido político, e os construtores do acordo foram laureados com o Nobel da Paz (Lafuente, 2016). As FARCS nascem no contexto político de Guerra Fria, e apesar da corrupção do movimento e todos os crimes cometidos, o grupo voltou a ser político. E com a saída dos paramilitares, outros grupos como o “Clã do Golfo” (também de origem paramilitar) assumiram o papel, e o tráfico de drogas seguiu de vento em popa (Serrano, 2022).

No contexto fluminense, a única ideologia política por trás dos paramilitares são o lucro e a violência, foi assim quando boa parte eram militares a serviço de uma política de segurança pública racista e seguiu sendo quando abandonaram suas fardas. O Brasil deve observar os erros e acertos da Colômbia, El Salvador, Haiti e México, e dentro de suas particularidades regionais buscar o enfrentamento de tais grupos. Porém, enquanto houver comunidades reféns, políticos financiados por milícias, e um Estado que não entrega nada mais além da violência, a democracia brasileira não passa de um faz de conta dos poderosos.

4.4 LIGAÇÕES POLÍTICAS

Não existiram milícias sem a omissão ou complacência do poder político brasileiro. Diferente do narcotráfico, que de modo correto é tipificado como grupo criminoso e é diuturnamente sufocado por ações policiais, vide as megaoperações e a espetacularização da polícia que ocorre no Rio de Janeiro (Fonseca, 2023), as milícias transitam entre a legalidade e ilegalidade, chegando a transitar no próprio Palácio do Planalto.

Cesar Maia e Eduardo Paes, ambos ex-prefeitos do município do Rio de Janeiro, apoiaram publicamente os grupos paramilitares. Ambos referiam-se às milícias como “Autodefesas Comunitárias”. Maia em 2001, chegou a nomear Nadinho, um dos chefes da milícia de Rio das Pedras, como administrador regional do bairro (Couto; Filho, 2019; Manso, 2020).

A influência paramilitar foi além do palácio das laranjeiras. O famigerado capitão Adriano da Nóbrega, tinha seus familiares trabalhando no gabinete do então deputado estadual do Rio de Janeiro e hoje senador da República, Flávio Bolsonaro, filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (Manso, 2020).

Em 2005, Adriano estava preso por homicídio qualificado quando foi honrado por Flávio Bolsonaro com a Medalha Tiradentes. O carinho de Flávio e sua família por milicianos iam desde discursos nas tribunas e honrarias, até o suposto esquema de rachadinha em seu gabinete que tinha como cabeça, o sargento Fabrício Queiroz, um ex-companheiro de polícia de Adriano (Manso, 2020).

Enquanto ainda era tenente, Adriano atuou junto com Queiroz no 18º Batalhão de Polícia, em Jacarepaguá, um batalhão famoso pela violência e por supostas ligações com paramilitares. Queiroz era considerado por seus pares um policial combativo e corajoso, sendo um dos mais beneficiados pela “gratificação faroeste” do governador Alencar (Manso, 2020).

Queiroz se envolveu em vários escândalos no decorrer de sua carreira, entre eles, o assassinato de Gênesis Luiz da Silva, 19 anos, num baile funk na Cidade de Deus (CDD) em 2002. O sargento alega legítima defesa, apesar da vítima ter recebido um tiro na nuca. Outro caso se passou anos antes, em suposta tentativa de extorsão a um morador também da CDD. Jorge Marcelo da Paixão, 47 anos, - que tinha um histórico criminal - foi preso por Queiroz e colegas, que alegavam que o mesmo estava traficando entorpecentes. Jorge afirma que não estava praticando nenhum ato ilícito, e sua prisão teria sido motivada pela recusa em pagar 20 mil reais de suborno a Queiroz e seus PM 's. O MP pediu a absolvição de Jorge e solicitou que as condutas de Queiroz fossem investigadas pela corregedoria (Manso, 2020).

Queiroz era um exemplo da letalidade policial carioca, no ano da morte do jovem da CDD - 2002 - o Estado do Rio contabilizou 900 homicídios, e junto dessa violência, pipocaram casos de corrupção envolvendo as forças policiais. E é neste cenário que Queiroz conhece aquele que seria possivelmente o maior miliciano do estado (Manso, 2020).

O até então novato e talentoso tenente de 26 anos, Adriano, cometeu um assassinato junto com o experiente e combativo sargento Queiroz, 37 anos. O crime aconteceu em 2003, Anderson Rosa de Souza, pai de dois filhos, foi morto por Adriano e Queiroz, ambos alegaram legítima defesa, e também afirmaram que Anderson seria o chefe do tráfico na CDD - o caso foi arquivado (Manso, 2020).

Após o evento na CDD, Adriano foi transferido para o 16º Batalhão de Polícia, onde conheceu outro Queiroz, o também policial Élcio de Queiroz, que foi preso em 2019, por

supostamente ser o motorista do carro usado por Ronnie Lessa para assassinar a vereadora Marielle Franco em 2018 (Manso, 2020).

Por se tratar de um velho amigo do presidente Bolsonaro, Fabricio Queiroz, sempre esteve próximo ao clã Bolsonaro, participando ativamente das campanhas tanto de Bolsonaro, quanto de seus filhos Carlos e Flávio - Eduardo é o único membro da família que tem outro domicílio eleitoral, é deputado federal por São Paulo (Manso, 2020; Oyama, 2020).

Em 2007, Queiroz se tornou o “cabeça” do gabinete de Flávio na ALERJ, sendo responsável pela contratação dos assessores, entre eles, a esposa e mãe do capitão Adriano, e quando o esquema de rachadinha foi exposto após o fim das eleições de 2018 que levaram Jair Bolsonaro à presidência, Queiroz para fugir dos holofotes, se escondeu em uma casa na comunidade de Rio das Pedras, comunidade dominada pela milícia do seu velho amigo do 18º Batalhão, Adriano da Nóbrega (Jardim, 2019; Manso, 2020; Oyama, 2020).

Antiga milícia de Nadinho e Tostes, ambos assassinados, a milícia de Rio das Pedras passou a ser liderada pelo ex-policial Dalmir Barbosa, seu filho Tailon Barbosa, e outros policiais, que incluíam o capitão Adriano e o major Ronald Paulo Alves Pereira, que também foi homenageado por Flávio Bolsonaro, apesar de mesmo está sendo acusado de participar da chacina de 4 jovens em 2004 (Manso, 2020; Braga, 2023).

Mas como abordado anteriormente as milícias não se restringem a único grupo político, as milícias conseguiram ser um elefante na sala em um governo de direita como o do presidente Bolsonaro, como no governo de esquerda do presidente Lula.

Lula que durante a campanha eleitoral de 2022, criticou veementemente a relação promíscua de Bolsonaro com grupos paramilitares, viu estes mesmos grupos se tornarem uma crise no seu governo, uma vez que uma série de reportagens no início de 2023, apontaram para supostas ligações da até então Ministra do Turismo, Daniela Carneiro, também conhecida como Daniela do Waguinho, com milicianos. Daniela foi nomeada pelo presidente Lula, após um acordo entre Lula, o partido União Brasil e Waguinho, marido de Daniela e prefeito de Belford Roxo, na baixada fluminense.

Segundo reportagens, o ex-PM Juracy Alves Prudêncio, conhecido como Jura, e que supostamente é o líder de uma milícia conhecida como “Bonde do Jura”, assumiu em 2018 o cargo de Diretor do Departamento de Ordem Urbana na Prefeitura de Belford Roxo, comandada pelo marido da ministra, Wagner dos Santos Carneiro (Soares, 2023; Fuzeira, 2023).

Jura já foi condenado por homicídio e formação de quadrilha, porém seu grupo continuou ativo e em pleno crescimento, o grupo é a maior milícia de Belford Roxo, e

supostamente alimenta e é alimentada pela prefeitura do “Casal Waguinho” (Abreu; Lichotti, 2023).

Porém a relação da ministra supostamente não limitava-se apenas a Jura, novas reportagens⁸ apontaram que outros 5 supostos milicianos participaram ativamente da campanha eleitoral de Daniela, são eles: Fábio Augusto de Oliveira Brasil, conhecido como “Fabinho Varandão”, réu na Justiça, acusado de chefiar um grupo paramilitar; Márcio Pagniez, conhecido como “Marcinho Bombeiro”, preso desde 2019, acusado de homicídio pelo MP do Rio de Janeiro e de comandar uma milícia chamada de “Tropa do Marcinho”; Luiz Eduardo Santos de Araújo, PM e Vereador de Belford Roxo, suposto membro de milícia, de acordo com o MP; e por fim Cristiano de Oliveira Gouveia, o Babu, que segundo o MP é um narcomiliciano da região de queimados na Baixada fluminense (Soares, 2023).

A relação das milícias com o poder político e com o Estado é tão promíscua que o ex-deputado estadual Marcelo Freixo, tido como uma das maiores autoridades brasileiras sobre o tema e responsável pela CPI das Milícias, e que hoje comanda a Embratur, uma agência governamental vinculada ao Ministério do Turismo, foi subordinado de Daniela do Waguinho, uma política que tem ligações com as milícias - Freixo afirmou em uma entrevista que ministra não era miliciana apesar dos indícios⁹.

4.5 ECONOMIA DO CRIME

[...] eu estava armado, mas não sou da sua laia! Quem é mais bandido, Beira-mar ou Sérgio Naya? (SÓ DEUS PODE ME JULGAR; MV BILL, 2002).

A indagação feita pelo rapper MV Bill, na letra da música “Só Deus pode me julgar”, questiona qual seria o criminoso mais danoso à sociedade: um narcotraficante famoso como Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-mar ou um empresário com objetivos espúrios, como o ex-deputado federal, Sérgio Augusto Naya.

⁸ Link para algumas reportagens:

<https://oantagonista.com.br/brasil/numero-de-milicianos-ligados-a-ministra-do-turismo-chega-a-pelo-menos-5/>.
Links para reportagens:

<https://www.poder360.com.br/governo/ministra-do-turismo-e-associada-a-outros-2-possiveis-milicianos/>. /
<https://extra.globo.com/noticias/politica/mais-um-acusado-de-chefiar-milicia-tem-conexao-com-ministra-do-turismo-daniela-carneiro-25639404.html>. Acesso em: 08 jan. 2024.

⁹ Corte da entrevista no Flow Podcast: <https://youtu.be/2Kj6w883YBI?si=VpMUXU52aexIUPjM>. Acesso em: 08 jan. 2024.

Beira-mar nasceu preto e pobre em uma comunidade carioca, e ascendeu dentro do Comando Vermelho (CV), tornando-se cabeça da facção, e chegou a ser considerado na segunda metade dos anos 1990 o maior traficante do país. Beira-mar mantinha negócios com grupos paraguaios e colombianos, como as FARCS. Beira-mar foi preso em 2001, e permanece preso até os dias de hoje. (Manso, 2020).

Já Sérgio Naya¹⁰ foi um engenheiro civil, eletrotécnico e empresário que controlou a Sersan, empresa responsável pela construção do edifício Palace II, no Rio de Janeiro, que desabou em 1998 devido a uma série de irregularidades na sua construção, e provocou as mortes de oito pessoas e deixou mais de 100 famílias desabrigadas. Naya também foi deputado por três legislaturas, e foi afastado do cargo por quebra de decoro. O empresário tentou alegar que o excesso de carga no edifício teria sido o real causador da tragédia, terceirizando a culpa para os moradores. No final de sua vida, o ex-deputado já considerado inocente pelo desabamento, faleceu em Ilhéus (Bahia) de causas naturais, enquanto negociava a construção de um shopping¹¹.

É desleal traçar um paralelo entre um garoto preto, pobre e periférico que teve literalmente que matar para conseguir a ilusão de um lugar ao sol, com um homem branco que nasceu no privilégio, cresceu na fortuna, e viveu anos de ouro com o título de “vossa excelência”. Ambos tiveram vidas e trajetórias diferentes, oportunidades diferentes, mas encontram semelhança no banco dos réus. Porém, são pessoas “diferentes” perante a sociedade, se por acaso Beira-mar for liberto da pena, ele não irá morrer no luxo e de causas naturais como Sérgio.

Pisando nos humildes e fazendo nosso ódio crescer

(CV) MST, CUT, UNE, CUFA (PCC)

O mundo se organiza, cada um à sua maneira (SÓ DEUS PODE ME JULGAR; MV BILL, 2002).

Seguindo com a letra da música de MV BILL, a estrofe traça outro paralelo, agora entre a Central Única das Favelas (CUFA), uma organização não-governamental, movimentos sociais como Central Única dos Trabalhadores (CUT), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), com as grandes empresas do narcotráfico Brasileiro: CV e PCC. A comparação que o cantor faz, refere-se ao

¹⁰ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74764/biografia>. Acesso em: 12 fev. 2024.

¹¹ Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/ex-deputado-sergio-naya-e-encontrado-morto-em-hotel-1.246924>. Acesso em: 12 fev. 2024.

movimento de buscar um lugar ao sol, de enfrentar o “sistema”, por isso a expressão “O mundo se organiza, cada um à sua maneira”, enquanto CUFA, CUT, UNE e MST reivindicam seus direitos seguindo o jogo democrático, CV e PCC galgaram seus espaços no sangue e na bala.

Bicheiros, pistoleiros, milicianos e traficantes, todos buscam sua parte do sonho capitalista. Pode haver distinções entre suas origens, e trabalhos como o de Santos (2007) busca traçar um perfil social de criminosos, elencando fatores sociais e ambientais que podem ter contribuído para a motivação daquele sujeito que cometeu um ato ilegal.

Beira-mar e Nem saíram de comunidades, Lessa e Adriano saíram da elite das forças policiais, Castor carregava o título de “doutor” (advogado), e apesar de origens distintas encontraram-se na mesma trajetória. Por isso, melhor do que entender quais foram os fatores histórico-sociais que contribuíram para suas trajetórias, é fulcral deleita-se em suas áreas de atuação. Cada criminoso citado nessa pesquisa, mantinha negócios e exploravam regiões ricas em desigualdades.

Em uma entrevista no programa Roda Viva (2007) da TV Cultura¹², o rapper Mano Brown, descreve o narcotraficante como apenas um comerciante, e indaga seus entrevistadores, sobre o porquê de o dono do mercadinho ser autorizado a vender o litro de cachaça (droga lícita), enquanto milhares de pessoas são presas anualmente por vender maconha (droga ilícita). O diálogo de Mano Brown, vai ao encontro do seu contemporâneo, novamente parafraseado aqui, MV BILL, que questiona: “Então me diga o que causa mais estrago 100 gramas de maconha ou um maço de cigarros?”.

Ainda sobre esse mercado ilegal, o economista Gilberto José Nogueira Júnior (2019), traçou em sua dissertação de mestrado paralelos entre os mercados de drogas e conceitos tradicionais de economia. O mesmo afirma que a violência é uma forma dos comerciantes da droga, barrarem a entrada de novos concorrentes. O economista afirma também que a violência dos traficantes está diretamente relacionada a violência e à repressão estatal. O traficante é tão violento quanto o policial que busca tirá-los das ruas ou exterminá-los.

Estas considerações de Júnior (2019) encontram seu fundo de verdade no caso do Rio de Janeiro, a polícia carioca era (é) tão violenta e repressiva que parte dela - os corruptos - substituiu literalmente os traficantes, formando milícias e controlando os territórios com a justificativa de combate ao tráfico.

¹² Disponível em: <https://youtu.be/ISYQldgtlyg?si=sP3Kzs9Jy047p5Iz>. Acesso em: 16 fev. 2024.

Os traficantes varejistas, aviõezinhos, soldados e até donos de morros fazem parte de um mercado sem perspectivas, vide que os riscos são imensos perto dos ínfimos lucros. Os milhões arrendados em uma comunidade como a Rocinha ou Complexo do Alemão esvai-se rapidamente, uma vez que o chefe do tráfico necessita pagar seus soldados (colaboradores), comprar mais armas e drogas (mercadorias) e pagar o arrego da polícia (órgão regulador). Quando subtraído todas as despesas, o lucro líquido é gasto na comunidade, uma vez que o traficante varejista não goza de liberdade, e a cada saída da comunidade, expõe-se ao perigo de ser preso ou morto (Júnior, 2019; Manso, 2020).

O mundo é diferente no atacado das drogas, impérios bilionários foram construídos nos anos 1980 e 1990 como os cartéis de Medellín e Cali na Colômbia. Cartéis que gozavam de uma imensa rede de contatos com a elite econômica e política de seus países, e essa relação resguardava estes impérios criminosos. Os valores em dinheiro movimentados são tão exorbitantes que a estimativa é que apenas no México, os cartéis empregam cerca de 175 mil pessoas¹³ (Brancat; Bernard; Miro, 2015; 2018).

No Brasil, o PCC, que se firmou como a maior facção brasileira, também atua no atacado, mantendo negócios com diversas máfias ao redor do planeta, e dentro do país, segue apadrinhando grupos menores. Além disso, há investigações que apontam para um amplo investimento da facção em infiltrar seus membros dentro do poder público através de concursos públicos e eleições. A estimativa é que o PCC fature 4,9 bilhões ao ano com o tráfico (Barboza, 2023; Perez, 2023).

Assim como no México, no Brasil os atacadistas milionários também gozam de “privilégios”; André do Rap, chefe do PCC, foi solto pelo Supremo Tribunal Federal (STF), devido “brechas” na legislação. Já os varejistas iludidos que sonham com a vida milionária, “apodrecem” no cárcere, isso quando não são mortos brutalmente. Os presídios brasileiros funcionam como campos de batalha para os grupos armados, e nós últimos anos foram palcos de massacres horrendos, como os ocorridos em Manaus (2017), Rio Grande do Norte (2017), e Pará (2019), que juntos totalizam 145 mortos (Gama, 2019; Barbosa, 2020; Malvezzi, 2022; Quintela, 2023). 145 pessoas foram brutalmente assassinadas sob a custódia do Estado, em um conflito que só enriquece os traficantes que estão no topo da pirâmide.

A busca por enriquecimento gera catástrofes no mundo criminoso e também no chamado mundo “civilizado”. Luiz Marques em seus livros: Capitalismo e colapso ambiental

¹³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/09/narcotrafico-e-o-quinto-maior-empregador-do-mexico-diz-estudo.shtml>. Acesso em: 19 fev. 2024.

(2015) e O decênio decisivo (2023), aponta que os seres humanos caminham a passos longos para um evento de extinção em massa, e o condutor dessa catástrofe é o capitalismo representado pelas grandes corporações, indústrias e nações do planeta. A busca desenfreada por lucro, gerou impactos socioambientais em toda a biosfera, e isso ocorreu “à luz do dia” e aos olhos de todos, com o apoio de todas as nações e organismos internacionais (Marques, 2015; 2023).

Dentro da legalidade, dentro daquilo que é conhecido como estado de direito, foram cometidas atrocidades em nome do dinheiro. As tragédias de Mariana (2015), Brumadinho (2019) e Maceió (2019) ocorreram embaixo dos olhos passivos e morosos das autoridades públicas. O capitalismo avança em cima de tudo e em nome do empreendedorismo, muito sangue foi derramado dentro daquilo que é considerado “legal”.

Como o dinheiro guia as ações dos empreendedores legais, também guia as ações daqueles que empreendem fora da lei. As milícias tratam-se de um “*rebranding*”, é tudo que há de pior na sociedade brasileira usando outro nome. O bicho, o tráfico, corrupção, coronelismo, todos encontram-se nas milícias. Os paramilitares apenas tiveram o pensamento estratégico de reunir tudo que há de criminoso e lucrar de forma exorbitante com isso. Adriano de Nóbrega é o exemplo de um exímio empreendedor criminoso, o mesmo poderia ser chamado de bicheiro, policial, pistoleiro, miliciano e traficante, vide que o mesmo tinha negócios em todos esses segmentos, era um verdadeiro polímata do crime.

Áreas sobre controle de milícias, são espaços de inestimável sonegação, é difícil mensurar a fortuna que é movimentada a margem do fisco do governo. Produtos e serviços centrais a população estão sob controle de um oligopólio violento e brutal. As milícias são a expressão mais voraz do neoliberalismo capitalista (Rocha *et al*, 2020). Assim como qualquer corporação, as milícias fazem *lobby* e *networking* através de seus políticos, realizam fusões, criam oligopólios e cartéis, e fazem o seu “*greenwashing*” através do carnaval e do futebol. As milícias não são o fim dos bicheiros e traficantes, são apenas um meio, estas têm o potencial de funcionar como um “norte” para os demais grupos criminosos. Narcotráfico, pistolagem, e o jogo são produtos de segunda categoria, perto das imensuráveis riquezas que um território controlado pode possibilitar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cerne do presente trabalho visou apontar os pontos históricos e sociológicos que contribuíram para a construção deste fenômeno miliciano no Brasil. Consideramos que as milícias são frutos do *establishment* brasileiro, o fisiologismo, coronelismo e patrimonialismo são características intrínsecas das milícias. Estes grupos que assolam o estado fluminense e que já demonstram vestígios em outros estados, nascem dentro do Estado.

O fenômeno miliciano, sobretudo o fenômeno carioca, demonstrou o quão lucrativo e amplo é o mercado ilegal, se em seus primórdios as milícias enxergavam o narcotráfico como um mal a ser exterminado, hoje tornou-se um setor lucrativo de vários grupos. E em o que nós podemos chamar de um processo de “*benchmarking*”, vários grupos criminosos estão aderindo às práticas de negócios paramilitar.

O controle de um território e de todos os serviços que ali existem, galgam os criminosos a um papel de Estado, com direito a faturamento e poder político (voto), porém, sem os deveres de governante, uma vez que os milicianos que controlam com a “pedagogia da violência” suas regiões, não correm o risco de serem substituídos de seus cargos por pressão popular.

As milícias ainda são um movimento tipicamente carioca, os movimentos fora do estado fluminense ainda são sutis e vagarosos, mas fazendo um paralelo com o PCC, que 20 anos atrás tratava-se de um problema exclusivamente paulista, e hoje representa uma chaga em todo território nacional, as milícias podem e devem se expandir, seja em um modelo de *franchising*, ou com grupos independentes que seguirão esse modelo de negócios.

Consideramos que as milícias são um sintoma da brutal desigualdade social brasileira, enquanto houver poucos concentrando a riqueza de muitos, haverá aqueles que usarão de quaisquer meios para alcançar a riqueza e poder, sejam eles pelos meios legais ou ilegais. A democracia brasileira apresenta inúmeras falhas, muitas delas frutos do seu passado escravista que deixou sequelas profundas na sociedade. É inegável que o sistema político precisa ser reformado, o Brasil como é hoje, não representa a maioria pobre e humilde. Porém, consideramos que o Estado precisa ser fortalecido, caso não, estaremos delegando por omissão o controle do coletivo a grupos armados

Apontamos que reformas nas políticas de segurança pública devem ser realizadas, como debates acerca de um processo de desmilitarização das forças policiais, tornando-as menos bélicas e quem sabe menos violentas. É necessário que o Estado recupere para si o controle dos serviços econômicos e públicos, desta forma estrangulando o braço econômico

dos criminosos. E que políticos que uma vez comprovada a real ligação com o crime armado, sejam largados ao ostracismo. Consideramos estas soluções de médio prazo para tal fim, e ao longo prazo será necessária uma reforma política-administrativa e social do Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABREU, Allan; LICHOTTI, Camille. As Relações do Prefeito e da Ministra com a Milícia. **PIAÚÍ/UOL**. 2023. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/as-relacoes-do-prefeito-e-da-ministra-com-milicia/> . Acesso em: 15 jun. 2023.

ADORNO, Sérgio; ALVARADO, Arturo. Criminalidade e a governança de grandes metrópoles na América Latina: Cidade do México (México) e São Paulo (Brasil). **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Rio de Janeiro. Edição Especial no 4. 2022. pp. 79-115. Doi: <https://doi.org/10.4322/dilemas.v15nesp4.46402>. Acesso em: 07 abr. 2024.

ALMEIDA, Arthur; MONTEIRO, Luiza. Massacre do Carandiru: o que foi a chacina em 1992 no presídio de São Paulo. **História / Galileu / O GLOBO**. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/sociedade/historia/noticia/2023/07/massacre-do-carandiru-o-que-foi-a-chacina-em-1992-no-presidio-de-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 15 jun. 2023.

ANDRADE, Hanrikson. Rogério 157 fatura R\$ 100 mil por mês com extorsão a mototaxistas na Rocinha, diz PF. **UOL**. 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/09/26/com-extorsao-a-mototaxistas-quadrilha-de-rogerio-157-fatura-r-100-mil-por-mes.htm>. Acesso em: 31 jan. 2024.

ANDRADE, Tainá. PF confirma Colômbia como mandante do assassinato de Bruno e Dom. **Correio Braziliense**. 2023. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2023/01/5068229-pf-confirma-colombia-como-mandante-do-assassinato-de-bruno-e-dom.html>. Acesso em: 31 jan. 2024.

AMENDOLA, Beatriz. Miguel Ángel Felix Gallardo: a história do novo chefe de "Narcos". **UOL**. 2018. Disponível em: <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2018/11/24/miguel-angel-felix-gallardo-a-historia-do-novo-chefao-de-narcos.htm>. Acesso em: 07 abr. 2024.

AQUINO, Mariah. Caso Bruno e Dom: 1 ano após crime, julgamento de suspeitos é repleto de entraves. **METRÓPOLES**.2023. Disponível em:

<https://www.metropoles.com/brasil/caso-bruno-e-dom-1-ano-apos-crime-julgamento-de-suspeitos-e-repleto-de-entraves>. Acesso em: 31 jan. 2024.

ARAÚJO, Adriano de. Chacina da Baixada, 18 anos depois: relembre um dos maiores casos de violência policial do país. **Brasil de Fato**. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/31/chacina-da-baixada-18-anos-depois-relembre-um-dos-maiores-casos-de-violencia-policial-do-pais>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BARBOZA, Sandro. PCC investe na formação de candidatos de concursos para juízes e promotores. **Jornal da Band**. 2023. Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/noticias/jornal-da-band/ultimas/pcc-investe-na-formacao-de-candidatos-de-concursos-para-juizes-e-promotores-16611725>. Acesso em 19 fev. 2024.

BARBOZA, Catarina. Um ano do massacre de Altamira: denúncias de tortura e presídios sem fiscalização. **Brasil de Fato**. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/29/um-ano-do-massacre-de-altamira-denuncias-de-tortura-e-presidios-sem-fiscalizacao>. Acesso em 19 fev. 2024.

BRAGA, Laura. Taillon Barbosa: veja detalhes da prisão do miliciano e fotos de bens. **METRÓPOLES**. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/taillon-barbosa-prisao-miliciano-fotos>. Acesso em: 08 jan. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 dez. 2023.

BRASIL. **LEI Nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 4 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 maio 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12651.htm. Acesso em: 4 dez. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 11.977, de 7 de Julho de 2009.** Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111977.htm. Acesso em: 4 dez. 2023.

BRANCATO, Chris; BERNARD, Carlo. Narcos; MIRO, Doug. [Série de televisão]. Estados Unidos: Netflix, 2015.

BRANCATO, Chris; BERNARD, Carlo; MIRO, Doug. Narcos: México. [Série de televisão]. Estados Unidos: Netflix, 2018.

BOGADO, Daniel. Bandidos na TV. Brasil: Netflix, 2019.

BORGES, Hebert. Caso Gonçalves: TJ decide que punição para Cavalcante prescreveu.

GAZETAWEB.COM. 2023. Disponível em:

<https://www.gazetaweb.com/noticias/justica/caso-goncalves-tj-decide-que-punicao-para-cavalcante-prescreveu/>. Acesso em: 4 dez. 2023.

BORGES, Hebert. Justiça nega liberdade para tenente da PM de Alagoas acusado de participar de "milícia". **GAZETAWEB.COM.** 2022. Disponível em:

<https://www.gazetaweb.com/noticias/justica/justica-nega-liberdade-para-tenente-da-pm-de-alagoas-acusado-de-participar-de-milicia/>. Acesso em: 4 dez. 2023.

CANO, Ignácio. Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: **ISER**, 1997.

CANO, I.; DUARTE, T.L. No sapatinho: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011). Rio de Janeiro: **Fundação Heinrich Böll**, 2012.

CIPOLA, Ari. Polícia encontra 6 cabeças em praia de AL. **Folha de São Paulo.** 1998.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc03039809.htm>. Acesso em: 02 jan. 2024.

COELHO, Henrique. Jacarezinho: 1 ano após 28 mortes, 10 de 13 investigações do MP foram arquivadas. **G1.** 2022. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/05/05/jacarezinho-1-ano-apos-28-mortes-10-de-13-investigacoes-do-mp-foram-arquivadas.ghtml>. Acesso em: 15 jun. 2023.

COHEN, Sandra. Bukele reduziu a criminalidade em El Salvador aplicando modelo autoritário; país foi inspiração para presidente do Equador erguer megaprisões. G1.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/blog/sandra-cohen/post/2024/01/11/bukele-reduziu-a-criminalidade-em-el-salvador-aplicando-modelo-autoritario-pais-foi-inspiracao-para-presidente-do-equador-erguer-mega-prisoas.ghtml>. Acesso em: 18 mar. 2024.

CÓLEN, Roberta. Ex-cabo Luiz Pedro é condenado pela morte de servente de pedreiro em AL. G1. Alagoas. 21 set. 2015. Disponível em:

<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2015/09/ex-cabo-luiz-pedro-e-condenado-pela-morte-de-servente-de-pedreiro-em-al.html>. Acesso em: 25 set. 2023.

COSTA, Liano. Não é só no Rio. Milícias estão em 15 estados de norte a sul do Brasil.

METRÓPOLES. 2018. Disponível em:

<https://www.metropoles.com/materias-especiais/nao-e-so-no-rio-milicias-estao-em-15-estados-de-norte-a-sul-do-brasil>. Acesso em: 31 jan. 2024.

COSOY, Natalio. Como a guerra entre o governo da Colômbia e as Farc começou e por que ela durou mais de 50 anos; **BBC NEWS**. 2024. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37181620>. Acesso em: 18 mar. 2024.

COUTO, Vinicius Assis. FILHO, Cláudio Beato. Milícias: o crime organizado por meio de uma análise das redes sociais. **REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA**. vol. 7, núm. 17, pp. 201-221, 2019. DOI: <https://doi.org/10.20336/rbs.480>. Acesso em: 1 ago. 2024.

CRUZ, Adriana. Milícias do Rio investem em importações para expandir “Gatonet”.

METRÓPOLES. 2023. Disponível em:

<https://www.metropoles.com/brasil/milicias-do-rio-investem-em-importacoes-para-expandir-gatonet>. Acesso em: 25 set. 2023.

DOSSARES, Thuany. Traficantes cobram taxas de empresas de internet e até torturam funcionários. **O DIA**. 2020. Disponível em:

<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2020/12/6046370-trafficantes-cobram-taxas-de-empresas-de-internet-e-ate-torturam-funcionarios.html>. Acesso em: 31 jan. 2024.

DUARTE, Thais Lemos . Facções criminais e milícias: aproximações e distanciamentos propostos pela literatura. **REVISTA BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS - BIB** , v. 90, p. 1-16, 2019.

EIRAS, Yuri. 'Minha Casa Minha Milícia': como grupos armados dominam condomínios no Rio. **UOL**. 2023. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2023/01/09/minha-casa-minha-milicia-grupos-armado-s-dominaram-condominios-no-rio.htm>. Acesso em: 02 jan.2024.

FILHO, Herculano Barreto. Sangue no chão e medo de morrer: Vila Cruzeiro após chacina que matou 23. **UOL**. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/06/04/vila-cruzeiro-apos-acao-que-matou-23-pessoas-rj.htm>. Acesso em 15 jun. 2023.

FILHO, William Helal. As duas mortes que deram início ao grupo de extermínio Scuderie Le Cocq, no Rio. **O GLOBO**. 2019. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/os-dois-assassinatos-que-deram-inicio-a-o-grupo-de-extermínio-scuderie-le-cocq-ha-55-anos.html>. Acesso em: 25 set. 2023.

FILHO, William Helal. Fotos mostram crueldade da chacina de Vigário Geral, onde 21 moradores foram mortos por PMs, há 25 anos. **O GLOBO**. 2018. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/vigario-geral.html>. Acesso em: Acesso em: 15 jun. 2023.

FILHO, Utanaan Reis Barbosa. Crise estrutural, crise urbana e militarização do território: uma análise sobre o urbanismo miliciano-militar no Rio de Janeiro. **Espaço e Economia [Online]**. DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.21097>. Acesso em: 1 ago. 2024.

FRANCO, Luiza. Como a milícia ameaça as matas do Rio de Janeiro. **BBC**. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49642625>. Acesso em: 15 jun. 2023.

FONSECA, Tiago Abud da. A criação do monstro: sobre milicianos, sujeição criminal e corpo. **PLURAL, Revista do Programa de Pós -Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.30.2, jul./dez., 2023, p.211-230. DOI: <https://www.doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2023.212534>. Acesso em: 1 ago. 2024.

FUZEIRA, Victor. Ministra do Turismo fez campanha para deputada ao lado de miliciano.

METRÓPOLES. 2023. Disponível em:

<https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/ministra-do-turismo-fez-campanha-para-deputada-ao-lado-de-miliciano>. Acesso em: 14 jun. 2023

GAMA, Alyni. Polícia indícia 74 presos por massacre de 27 pessoas em penitenciária no RN.

UOL. 2019. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/29/policia-indicia-74-presos-por-massacre-de-27-pessoas-em-penitenciaria-no-rn.htm#:~:text=Maior%20rebeli%C3%A3o%20em%20pres%C3%ADdio%20na,pelo%20crime%20de%20falso%20testemunho>. Acesso em: 14 fev. 2024.

GRYZINSKI, Vilma. Bandidos presos em El Salvador: 63 mil. Popularidade do presidente:

90%. **VEJA**. Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/coluna/mundialista/bandidos-presos-em-el-salvador-63-mil-popularidade-do-presidente-90>. Acesso em: 18 mar. 2024.

JARDIM, Lauro. Queiroz se escondeu na favela de Rio das Pedras. **O GLOBO**. 2019.

Disponível em:

<https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/queiroz-se-escondeu-na-favela-de-rio-das-pedras.html>. Acesso em 08 jan. 2024.

JUPIARA, Aloy; OTAVIO, Chico. **Os Porões da Contravenção**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2016.

JUSTIÇA decide que acusados de integrar milícia em Alagoas vão a júri popular. **G1 AL**.

2019. Disponível em:

<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/07/11/justica-decide-que-acusados-de-integrar-milicia-em-alagoas-va-a-juri-popular.ghtml>. Acesso em: 02 jan. 2023.

JÚNIOR, Gilberto José Nogueira. **Mercado De Drogas e Repressão: Efeitos da Intervenção Governamental sobre a Violência gerada pelo Mercado de Drogas numa**

Rede Verticalmente Relacionada. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Recife. 2019.

JOZINO, Josmar. Homicídio de Cabo Bruno, maior matador da PM de SP, segue impune há 9 anos. **UOL**. 2021. Disponível em:
<https://noticias.uol.com.br/colunas/josmar-jozino/2021/10/21/cabo-bruno-matador-pm-assassinato-2012.htm>. Acesso em: 31 jan. 2024.

JOZINO, Josmar. Chico Pé de Pato, maior "justiceiro" de SP, vira tema de curta-metragem. **UOL**. 2020. Disponível em:
<https://noticias.uol.com.br/colunas/josmar-jozino/2020/09/23/a-historia-do-maior-justiceiro-de-sp-e-contada-em-um-curta-metragem.htm>. Acesso em: 31 jan. 2024.

LAFUENTE, Javier. Juan Manuel Santos, após receber o Nobel da Paz: “Há uma guerra a menos no mundo, e é a da Colômbia”. **EL PAÍS**. 2016. Disponível em:
https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/10/internacional/1481370447_133792.html. Acesso em: 18 mar. 2024.

LEMOS, Marcelo. Como Liga da Justiça se transformou no Bonde do Zinho, maior milícia do RJ. **UOL**. Disponível em:
<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/08/26/como-liga-da-justica-se-transformou-no-bonde-do-zinho-maior-milicia-no-rj.htm#:~:text=A%20mil%C3%ADcia%20de%20Lu%C3%ADs%20Ant%C3%B4nio,criou%20um%20novo%20grupo%20paramilitar.>
Acesso em: 12 out. 2023.

LEMOS, Marcela. Rogério 157 anuncia rompimento com Nem em áudio obtido pela polícia: 'Quem fala agora é o Paizão'. **UOL**. 2017. Disponível em:
<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/09/27/policia-apura-ida-de-157-para-comando-vermelho-audio-aponta-rompimento-com-nem.htm>. Acesso em: 31 jan. 2024.

LEMOS, Vinicius. 'Bandidos na TV': Wallace Souza, o apresentador acusado de matar em busca de audiência que virou série da Netflix. **BBC**. 2019. Disponível em:
<https://www.bbc.com/portuguese/geral-48454730>. Acesso em: 08 jan. 2024.

MANSO, Bruno Paes. **A República das Milícias: dos Esquadrões da Morte à Era Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2020.

MANSO, Bruno Paes. 2021. A pedagogia da violência. A república das milícias. GLOBOPLAY. Disponível em:
<https://open.spotify.com/show/6rOkNLT6HOZLD4syOMKZxv>. Acesso em 31 jan. 2024.

MARINATTO, Luã. Tráfico e milícia já controlam 80% da venda de botijões de gás no estado do Rio. **EXTRA**. 2022. Disponível em:
<https://extra.globo.com/casos-de-policia/trafico-milicia-ja-controlam-80-da-venda-de-botijoes-de-gas-no-estado-do-rio-25365008.html>. Acesso em: 25 set. 2023.

MALVEZZI, Paulo. Opinião | Silêncio e esquecimento: 5 anos dos massacres de janeiro de 2017 nos presídios. **Brasil de Fato**. 2022. Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2022/01/31/opinio-silencio-e-esquecimento-5-anos-dos-massacres-de-janeiro-de-2017-nos-presidios>. Acesso em: 19 fev. 2024.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e Colapso Ambiental**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

MARQUES, Luiz. **O Decênio Decisivo: propostas para uma política de sobrevivência**. Editora Elefante, 2023.

MEDEIROS, Sabrina Evangelista. Extremismo de direita nos Estados Unidos através da Internet. **tempopresente.org**. 2007.

MELLO, Igor. Milícia cresce 161% e ocupa metade do território do crime no RJ, diz estudo. **Notícias UOL**. 2022. Disponível em: Milícia cresce 387% e ocupa metade do território do crime no RJ, diz estudo. Acesso em: 15 jun. 2023.

MISSE, Michel. (2011) “Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades.” **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 13-25, out. 2011.

MORI, Letícia. As 22 facções que aterrorizam a Amazônia com tráfico, grilagem e crimes ambientais. **BBC**. 2023. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd1pj48x3yeo>. Acesso em: 31 jan. 2024.

MUNIZ, Tácita. Saiba quem foi Chico Mendes, líder seringueiro morto há 33 anos por fazendeiros no interior do Acre. G1. 2022. Disponível em:

<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2022/06/17/saiba-quem-foi-chico-mendes-lider-seringueiro-morto-ha-33-anos-por-fazendeiros-no-interior-do-acre.ghtml>. Acesso em: 31 jan. 2024.

MV BILL. Só Deus Pode Me Julgar. Intérprete: MV Bill. Compositores: MV Bill, Celso Athayde. Sony Music, 2002. 1 CD. Faixa 3.

NASCIMENTO, Emerson Oliveira do. Acumulação social da violência e sujeição criminal em Alagoas. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 2, p. 465–485, 2017. Doi:

<https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3202009>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **ONU**. 2023. Disponível em: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | As Nações Unidas no Brasil. Acesso em: 02 jan. 2024.

ODILLA, Fernanda; PASSARINHO, Nathalia; BARRUCHO, Luís. Brasil tem 6,9 milhões de famílias sem casa e 6 milhões de imóveis vazios, diz urbanista. **BBC**. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44028774>. Acesso em: 02 jan. 2024.

O VEREADOR torturado e decapitado por se declarar gay, em Alagoas. **O GLOBO**. 2023. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/blogs/blog-do-acervo/post/2023/03/o-vereador-torturado-e-decapitado-por-se-declarar-gay-em-alagoas.ghtml>. Acesso em: 02 jan. 2024.

OYAMA, Thaís. **Tormenta - O governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2020.

PADILHA, José. Tropa de Elite. Brasil: Zazen Produções, 2007.

PADILHA, José. Tropa de Elite 2: O Inimigo Agora É Outro. Brasil: Zazen Produções, 2010.

PEIXOTO, Guilherme. Moradores de Campo Grande denunciam expansão da milícia em área de preservação ambiental. **G1**. RIO DE JANEIRO. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/10/moradores-de-campo-grande-denunciam-expansao-da-milicia-em-area-de-preservacao-ambiental.ghtml>. Acesso em: 25 set. 2023

PEREZ, Fabíola; FILHO, Herculano Barreto. Tiros, droga em submarino: PCC, milícia e piratas disputam rios na Amazônia. **UOL**. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/01/03/piratas-faccoes-milicias-disputam-rios-amazonia.htm>. Acesso em: 31 jan. 2024.

PEREZ, Fabíola. PCC fatura R\$ 4,9 bilhões ao ano com tráfico e preocupa europeus. **UOL**. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/09/04/pcc-faturamento-trafico-internacional-drogas.htm>. Acesso em: 19 fev. 2024.

QUINTELLA, Sérgio. Solto pelo STF, traficante André do Rap completa três anos foragido. **VEJA**. 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/solto-pelo-stf-traficante-andre-do-rap-completa-tres-anos-foragido>. Acesso em: 19 fev. 2024.

RAFAEL, Ulisses Neves. Muito barulho por nada ou o “xangô rezado baixo”: uma etnografia do “Quebra de 1912” em Alagoas, Brasil. **Etnográfica [Online]**, vol. 14 (2) | 2010. 2011. DOI: <https://doi.org/10.4000/etnografica.297>. Acesso em 10 out. 2023.

REGUEIRA, Chico. Milicianos controlam venda e distribuição de água na Zona Oeste durante a crise no abastecimento. **G1**. Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/02/03/milicianos-controlam-venda-e-distribicao-de-agua-na-zona-oeste-durante-a-crise-no-abastecimento.ghtml>. Acesso em: 25 set. 2023.

REZENDE, Sérgio. O Homem da Capa Preta. Brasil: Embrafilme, 1986.

RIO DE JANEIRO, **Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro - ALERJ**. Relatório Final da CPI das Milícias, RIO DE JANEIRO, 2008.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura fecha estacionamento irregular da milícia na Praia da Macumba pela terceira vez. **Prefeitura do Rio de Janeiro** (site). Disponível em: <https://prefeitura.rio/meio-ambiente/prefeitura-fecha-estacionamento-irregular-da-milicia-na-praia-da-macumba-pela-terceira-vez/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

RIVEIRA, Carolina. Acordo de paz da Colômbia com as Farc completa 5 anos. O que mudou?. **EXAME**. 2021. Disponível em: <https://exame.com/mundo/acordo-colombia-farc-cinco-anos/>. Acesso em: 18 mar. 2024.

ROSAS, Paula. 5 fatores que explicam as raízes históricas da crise permanente que afeta o Haiti. **BBC**. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cl7r8ernw1xo>. Acesso em: 18 mar. 2024.

ROCHA, Lia de Mattos; SENTO-SÉ, João Trajano; BARBOSA, Salvino Oliveira; BORGES, Nadine; SOBRAL, Bruno. O fardo econômico das milícias. **JORNAL DOS ECONOMISTAS**. Nº 365 Janeiro de 2020. Disponível: <https://www.corecon-rj.org.br/anexos/30F3D8E920F732B01E2398F1905FAE2D.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2024.

SALÉSIA, Maria. Impunidade e morosidade da Justiça beneficiam ex-cabo Luiz Pedro. **JORNAL EXTRA**. 2023. Disponível em: <https://ojornalextra.com.br/noticias/alagoas/2023/11/97979-impunidade-e-morosidade-da-justica-beneficiam-ex-cabo-luiz-pedro>. Acesso em: 02 jan. 2024.

SANTOS, Bruno Freitas Alves dos. **Economia do Crime: Especificidades no Caso Brasileiro**. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis. 2007.

SERRANO, Carlos. Como um cartel de drogas paralisou parte da Colômbia. **BBC NEWS**.

2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61416344>. Acesso em: 18 mar. 2024.

SIMÕES, Mariana. Milícias avançam sobre reserva ambiental no Rio de Janeiro. **EXAME**. 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/milicias-avancam-sobre-reserva-ambiental-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

SOARES, Davi. Líder da ‘gangue fardada’ da PM de Alagoas volta à prisão por assassinato. **Diário do Poder**. 21 ago. 2019. Disponível em: <https://diariodopoder.com.br/brasil-e-regioes/lider-da-gangue-fardada-de-alagoas-volta-a-prisao-por-matar-cabo-goncalves>. Acesso em: 25 set. 2023.

SOARES, Rafael. CPI das milícias: ex-PM que pediu votos à ministra do turismo ameaçava moradores e chefiava grupo de 70 criminosos. **O GLOBO**. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/cpi-das-milicias-ex-pm-que-pediu-votos-a-ministra-do-turismo-ameacava-moradores-e-chefiava-grupo-de-70-criminosos.ghtml>. Acesso em: 25 set. 2023.

SOARES, Rafael. Mais um acusado de chefiar milícia tem conexão com a ministra do Turismo, Daniela Carneiro. **O GLOBO**. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/mais-um-acusado-de-chefiar-milicia-tem-conexao-com-a-ministra-do-turismo-daniela-carneiro.ghtml>. Acesso em: 08 jan. 2024.

TOSTA, Wilson. 'Aqui quem manda no preço do gás não é a Petrobras': como milícia e tráfico controlam venda de botijão em comunidades do RJ. **BBC**. 2023. Disponível em: Como milícia e tráfico controlam venda de botijão em comunidades do RJ - BBC News Brasil. Acesso em: 31 jan. 2024..

VASCONCELOS, Rosália. Quem foi Dorothy Stang? Relembre a missionária símbolo da luta por terras. UOL. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/06/15/quem-foi-dorothy-stang-luta-pelas-terras-continua-mais-viva-do-que-nunca.htm>. Acesso em: 08 jan. 2024.

VENTURA, Giulia; GRINBERG, Felipe; SCHMIDT, Selma. Tráfico na Rocinha, que fatura R\$ 12 milhões ao mês, já tem mais lucro com extorsões do que com a venda de drogas. **O GLOBO**. 2024. Disponível em:
<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/01/30/na-rocinha-crime-fatura-ate-r-12-milhoes-por-mes-sendo-mais-com-extorsao-do-que-com-venda-de-droga.ghtml>. Acesso em: 31 jan. 2024.

ZARUR, Camila. Relembra o que foi a chacina da Candelária, que completa 30 anos. **Folha de São Paulo**. 2023. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/07/relembra-o-que-foi-a-chacina-da-candelaria-que-completa-30-anos.shtml>. Acesso em: 15 jun. 2023.

ZALUAR, A. M.; SIQUEIRA, Isabel . Favelas sob o controle das Milícias no Rio de Janeiro: que paz?. **São Paulo em Perspectiva (Impresso)** , v. 21, p. 99-101, 2008.